



## RELATÓRIO DE INSPEÇÃO

### VARA ÚNICA DA COMARCA DE ORIXIMINÁ

<b>Comarca</b>	Oriximiná
<b>Unidade inspecionada</b>	Vara Única
<b>Competência da unidade</b>	Cível e Penal e execução penal no regime aberto e medidas alternativas
<b>Data de inspeção/edital</b>	17 e 18/06/2024 Edital de Correição n. 007/2024-CGJ, publicado no Diário de Justiça Eletrônico de 21/5/2024.
<b>Responsável pelo preenchimento do questionário na unidade</b>	Lucélia Augusta Andrade Sarubbi – Diretora de Secretaria desde outubro/2023





## **1. INFORMAÇÕES GERAIS DA UNIDADE (Dados Funcionais e Administrativos):**

### **1.1. Juiz/Juíza de Direito/Período de titularidade ou exercício:**

**Anotação da Unidade:** JOSÉ GOMES DE ARAÚJO FILHO – Início da titularidade em 08/05/2023.

**Observação da Corregedoria:** O Exmo. Sr. Dr. José Gomes de Araújo Filho é o titular da Unidade e se encontra exercendo suas funções em regime de teletrabalho, autorizado pela Presidência do TJPA, conforme processo sigadoc TJPA-MEM-2023/53940.

### **1.2. Afastamentos do(a) magistrado (a) nos últimos 03 (três) meses:**

- a. Férias: não houve.
- b. Folgas compensatórias: 18 e 19/04/2024 (Portaria 1759/2024-GP).
- c. Licenças: não houve.

### **1.3. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?**

**Anotação da Unidade:** 2 PJECOR – autos 0002317-41.2024.2.00.0814 e 0002318-26.2024.2.00.0814 (estão dentro do prazo para resposta)

**Observação da Corregedoria:** A servidora Simone Moreira, Diretora de Secretaria da Corregedoria Geral de Justiça, em exercício, expediu certidão nos seguintes termos: *“Informo, que consultando o sistema PjeCor desta Corregedoria, usando o parâmetro: “Oximiná – Vara Única - TJPA”, foi localizado nesta Corregedoria expediente disciplinar em tramitação a saber: SINDICÂNCIA 0004331-32.2023.2.000.0814 (Conclusos para decisão); Informo ainda, que foi localizado expediente administrativo em andamento, a saber: PP 0001024-*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

36.2024.2.00.0814 (aguardando prazo, ciência despacho) e CorOrd 0000752-42.2024.2.00.0814 (Conclusos); Informe por derradeiro, que nada foi localizado em desfavor do magistrado titular da Vara Dr. José Gomes de Araújo”.

O PJeCor n.º 0001024-36.2024.2.00.0814 - trata-se de pedido de providências instaurado em cumprimento à Instrução Normativa nº 01/2024 – CGJ que regulamenta o acompanhamento das unidades jurisdicionais do 1º Grau no cumprimento dos critérios previstos nos eixos temáticos Produtividade e Dados e Tecnologia do Prêmio CNJ de Qualidade 2024, nos termos da Portaria CNJ nº 353/2023.

O PJeCor n.º 0000752-42.2024.2.00.0814 - trata-se da correição ordinária anual realizada pelo magistrado referente ao ano de 2023, a qual se encontra em análise pela Corregedoria.

O PJeCor n.º 0002317-41.2024.2.00.0814 – trata-se do MEMORANDO Nº TJPA-MEM-2024/29380, subscrito pelo Dr. Flávio Oliveira Lauande, Juiz Titular da Vara de Execução Penal da Comarca de Santarém, que encaminha à Presidência do TJPA listagens geradas pela SEAP referentes à superpopulação carcerária das casas penais de Santarém, sendo determinado pela Corregedoria-Geral de Justiça na data de 28/5/2024, a implementação de diversas medidas entre elas a realização de mutirões carcerários pelas unidades judiciárias envolvidas em um prazo de trinta dias.

PJeCor n.º 0002318-26.2024.2.00.0814 – trata-se do email, subscrito pelo Dr. Flávio Oliveira Lauande, Juiz titular da Vara de Execução Penal da Comarca de Santarém, encaminhando listagens contendo o nome de presos e presas com problemas relevantes de saúde, que necessitam da atenção dos magistrados, da SEAP e do próprio Sistema Único de Saúde, custodiados nas casas penais da Comarca de Santarém. A Corregedoria-Geral de Justiça na data de 6/6/2024 determinou o encaminhamento das listagens aos juízos citados para ciência e providências que o caso requer.

## **2. CORPO FUNCIONAL DA UNIDADE:**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

## 2.1. Quadro de pessoal:

### 2.1.2. Secretaria:

Nome	Cargo/ Vínculo do(a) servidor (a) (efetivo/exclusivamente comissionado/cedido/requisitado/estagiário/terceirizado)
<b>Lucélia Augusta Andrade Sarubbi</b>	<b>Auxiliar Judiciário – Diretora de Secretaria</b>
Aline Silva de Almeida Galúcio	Auxiliar judiciário
Jackson Batista Freitas	Auxiliar judiciário
Mauricio Botão de Macedo	Analista Judiciário
Emanoella Silva de Oliveira	Auxiliar Judiciária
Waldemar Pantoja dos Santos	Atendente Judiciário
Yuri Rannier de Moura Santos	Analista Judiciário
Laura Maciel Barbosa	Requisitada - Prefeitura
Rui Guilherme dos Passos Alvarenga	Requisitado - Prefeitura
Olívia Carvalho da Silva	Estagiária
Vitória Vinente Sena	Estagiária

**Observação da Corregedoria I:** a servidora requisitada da Prefeitura **Laura Maciel Barbosa** está trabalhando no Fórum faz três meses. A Diretora de Secretaria informou que estão providenciando toda a documentação da servidora requisitada para poderem solicitar o acesso dela aos sistemas do TJPA. Informou que, por enquanto, a servidora utiliza a senha da estagiária. **RECOMENDA-SE** a imediata regularização da servidora, encaminhando toda a documentação, via siga-doc, à Secretaria de Gestão de Pessoas. O fato foi inclusive reportado ao Magistrado durante a inspeção.

**Observação da Corregedoria II:** Considerando-se o acervo da Unidade, e a demanda de trabalho, sugere-se ao Corregedor que seja solicitado à SGP o encaminhamento de dois Analistas para que substituam os servidores cedidos que trabalham no Fórum.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**2.1.3. Gabinete:**

Nome	Vínculo do(a) servidor (a) (efetivo/exclusivamente comissionado/cedido/requisitado/ estagiário/terceirizado)
Geison dos Anjos Silva Marques	Assessor de juiz – exclusivamente comissionado
Lara Emília Rocha Tupinamba Caldas	Analista judiciária

**Observação da Corregedoria:** A servidora Lara Emília está em teletrabalho, e tem plano de trabalho. Em anexo: Plano de trabalho da servidora.

**2.1.4. Demais setores do Fórum (UNAJ/Distribuição/Oficiais de Justiça/Terceirizados):**

Nome	Vínculo do(a) servidor (a) (efetivo/exclusivamente comissionado/cedido/req uisitado/estagiário/ terceirizado)	Local de exercício de funções
Silas Oliveira Guedes	Exclusivamente comissionado	UNAJ
Luzenilda Carvalho Gato	Auxiliar Judiciária/Oficial De Justiça Adoc	Central de Mandados
Humberto de Souza Sarubi Junior	Oficial de Justiça	Central de Mandados
Reginaldo Pereira Pinto	Oficial de Justiça	Central de Mandados
Silvio José Printes Gomes	Auxiliar de Segurança	Direção do Fórum



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Kátia Maria Ferreira de Figueiredo	Serviços Gerais	Fórum da Comarca
------------------------------------	-----------------	------------------

### 2.1.5 TOTAL DE SERVIDORES QUE LABORAM NO FÓRUM:

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos (as)	12
Exclusivamente comissionados(as)	02
Cedidos(as)/Requisitados(as)	02
Estagiários/as	02
Terceirizados/as	01

**Observação da Corregedoria I:** A atual Diretora de Secretaria exerce a função desde outubro de 2023. O servidor **Maurício Botão de Macedo** antecedeu a servidora na Direção de Secretaria.

**O Magistrado durante a inspeção reportou** que o antigo Diretor por problemas de saúde pediu, para sair da Direção. O Magistrado escolheu a servidora Lucélia por ser a mais antiga, e vem respondendo a contento o trabalho.

A Tabela de Lotação de Pessoal da Secretaria de Gestão de Pessoas aponta os seguintes índices quanto à lotação paradigma da Unidade:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ																					
TLP 1 - Tabela de Lotação de Pessoal das Unidades Judiciárias de Primeiro Grau e Segundo Grau																					
2º Semestre - 2023																					
Grau	Tipo	Unidade	UF	Município (IBGE)	LP - Lotação Paradigma	EFETIVOS LR_Efet	INGRESSARAM LR_I	SERVIDORES SEM VÍNCULO APENAS COM CARGO EM COMISSÃO LR_SV	QUANTIDADE DE SERVIDORES EM DEZEMBRO DE 2023								TOTAL DE EFETIVOS EM CARGO DE COMISSÃO	EFETIVOS COM FUNÇÃO DE CONFIANÇA		TOTAL DE EFETIVOS EM FUNÇÃO DE CONFIANÇA	
									CIS1	CIS2	CIS3	CIS4	CIS5	CIS6	CIS7	CIS8		FG1	FG2		
Primeiro	Vaga	VARA ÚNICA DE ORIXIMINÁ	PA	1505304	10	9	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

## Painel de Gestão de Atividades:

**PAINEL DE GESTÃO DE ATIVIDADES - TJPA**  
RELATÓRIOS DO 1º GRAU  
Fonte: Base de dados do TJPA

Atualizado até: 13/06/2024 00:00:00

Nome do servidor:   
 GEISON DOS ANJOS SILVA MARQUES

DENOME	MOVIMENTOS 1G	TAREFAS 1G	PROCESSOS 1G
<input checked="" type="checkbox"/> GEISON DOS ANJOS SILVA MARQUES	932	2.669	1.060
<b>Total</b>	<b>932</b>	<b>2.669</b>	<b>1.060</b>

**PAINEL DE GESTÃO DE ATIVIDADES - TJPA**  
RELATÓRIOS DO 1º GRAU  
Fonte: Base de dados do TJPA

Atualizado até: 13/06/2024 00:00:00

Nome do servidor:   
 ALINE SILVA DE ALMEIDA GALUCIO  
 EMANOELLA SILVA DE OLIVEIRA  
 JACKSON BATISTA FREITAS  
 LARA EMILIA ROCHA TUPINAMBA CALDAS  
 LUCELIA AUGUSTA ANDRADE SARUBBI  
 MAURICIO BOTAO DE MACEDO  
 OLIVIA CARVALHO DA SILVA  
 RUI GUILHERME DOS PASSOS ALVARENGA  
 VITORIA VINENTE SENA  
 WALDEMAR PANTOJA DOS SANTOS  
 YURI RANNIER DE MOURA SANTOS

DENOME	MOVIMENTOS 1G	TAREFAS 1G	PROCESSOS 1G
<input checked="" type="checkbox"/> LUCELIA AUGUSTA ANDRADE SARUBBI	9.080	26.613	2.565
<input checked="" type="checkbox"/> VITORIA VINENTE SENA	3.984	3.936	2.090
<input checked="" type="checkbox"/> MAURICIO BOTAO DE MACEDO	3.742	6.553	1.250
<input checked="" type="checkbox"/> RUI GUILHERME DOS PASSOS ALVARENGA	3.072	8.189	1.284
<input checked="" type="checkbox"/> JACKSON BATISTA FREITAS	3.028	3.874	1.262
<input checked="" type="checkbox"/> ALINE SILVA DE ALMEIDA GALUCIO	1.255	3.675	968
<input checked="" type="checkbox"/> LARA EMILIA ROCHA TUPINAMBA CALDAS	1.073	2.877	1.582
<input checked="" type="checkbox"/> YURI RANNIER DE MOURA SANTOS	814	3.290	1.072
<input checked="" type="checkbox"/> OLIVIA CARVALHO DA SILVA	590	1.894	284
<input checked="" type="checkbox"/> EMANOELLA SILVA DE OLIVEIRA	3	13	3
<b>Total</b>	<b>26.051</b>	<b>60.914</b>	<b>6.153</b>

**Observação da Corregedoria II:** A servidora **Lara Emília Rocha Tupinambá Caldas** exerce funções no Gabinete do Juízo, contudo, sua produtividade está apurada como atuação de Secretária. **RECOMENDA-SE** ao magistrado que expeça ofício à Secretária de Pessoas solicitando o ajuste da lotação da servidora no sistema Menthorh para o Gabinete do Juízo.

### 2.2. Como é feito o acompanhamento dos resultados a partir das metas fixadas no plano de ação para 2024?

**Anotação da Unidade:** Diariamente o painel é acessado pelos servidores incumbidos de acompanhar o plano de ação, sendo um deles lotado em secretaria e um em gabinete. A partir da análise diária, os servidores traçam as medidas necessárias ao alcance das metas, instruindo os demais servidores da unidade a atuarem nos seguimentos mais necessários naquele determinado momento.

**Observação da Corregedoria:** O plano de ação encaminhado pela Unidade nos



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

autos da autocorreção registrada no processo Pjcor n. 0000752-42.2024.2.000814 foi estabelecido para o período de 15/02/2024 a 15/07/2024. Foi reportado ao Magistrado durante a inspeção que complemente o plano de ação. Deve a Unidade providenciar a complementação do plano para que o prazo final firmado seja o mês de dezembro do ano corrente, realizando-se o monitoramento dos resultados fixados no plano de ação, a cada período de 90 (noventa) dias.

**2.3. Quais cursos ofertados pela Escola Judicial foram realizados pelos servidores da unidade judicial nos últimos 24 meses? Informar nome do servidor, curso e data de realização. A realização de cursos está sendo observada pelos gestores no momento da avaliação periódica de desempenho do servidor?**

**Anotação da Unidade:** Planilha anexa. Sim, o gestor observa.

**Observação da Corregedoria I:** A planilha encaminhada informa que realizaram cursos de formação continuada apenas os servidores **Aline Silva de Almeida Galúcio e Jackson Batista Freitas**. O magistrado titular deve recomendar a todos os servidores (analistas, auxiliares, oficiais de justiça) da Comarca que realizem os cursos de formação continuada promovidos pela Escola Judicial do Estado do Pará, considerando, especialmente, o artigo 17 da Resolução n. 03/2010-GP que dispõe sobre a sistemática de avaliação periódica dos servidores.

O Magistrado reportou que todos os servidores fizeram o curso recentemente de PJE.

CURSO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES		
SERVIDOR	CURSO	PERÍODO
<b>ALINE SILVA DE ALMEIDA GALÚCIO - AUXILIAR JUDICIÁRIO</b>		
	ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO DO PODER JUDICIÁRIO DO PARÁ	08/03/2023
	FORMAÇÃO INICIAL DE SERVIDORES - TURMA 4 - APOIO DIRETO	08/05/2023
	CURSO TELETRABALHO	(20/11/2023)
	ROTINAS CÍVEIS NO PJE	(20/11/2023)
<b>JACKSON BATISTA FREITAS - AUXILIAR JUDICIÁRIO</b>		
	Proteção de Dados Pessoais e o Papel do Poder Judiciário na Soc	23/01/2023 a 27/01/2023
	Formação Inicial de Servidores - Turma 4 - Apoio Direto	01/12/2022 a 01/02/2023
	Tópicos relevantes da Lei de Acesso à Informação - EAD (autoins	07/12/2023 a 07/12/2023
	Treinamento PJE na Prática - Turma 39: Modelos	07/12/2023 a 07/12/2023
	- Treinamento PJE na Prática - Turma 38: Comunicações	06/12/2023 a 06/12/2023
	Sistema de Depósito Judicial - Teoria e Prática	29/11/2023 a 30/11/2023
	Treinamento Extensão PJE+R - Mais Rápido e Mais Relevante	30/11/2023 a 30/11/2023
	1º Ciclo de Capacitações SEEU - Atualização: Cadastro de Pessoa	17/04/2023
	apacitação de Atualização SEEU - Módulo de Medidas Diversas di	21/06/2023

**Observação da Corregedoria II:** O Magistrado foi orientado a verificar os cursos



por ocasião da avaliação.

### **3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE:**

**3.1. Houve pleito administrativo para resolução de problemas estruturais identificados na última correição tanto do Gabinete como da Secretaria? Qual última movimentação do expediente?**

**Anotação da Unidade:** Não houve.

**Observação da Corregedoria:** há um novo Fórum em construção ao lado do fórum antigo. A Diretora de Secretaria informou que a **previsão de entrega das novas instalações é final de junho de 2024**. Informa que tão logo se mudem para lá, o fórum antigo entrará em reforma e deve abrigar a parte cível da Unidade.



Novo Fórum

### **4. DADOS ESTATÍSTICOS:**

#### **4.1. PROCESSOS JUDICIAIS:**

**\*Data de coleta de dados pela Unidade:** 11/06/2024.

Dados processuais	Total no período da	Total na data Inspeção
-------------------	---------------------	------------------------



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

	extração dos dados	(17/6/2024)
Total de processos em tramitação na Vara, incluindo suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente (acervo TOTAL)	4.562	<b>4.500</b>
Total de processos no acervo ATIVO	4.238	<b>4.169</b>
Total de processos suspensos, sobrestados ou arquivados provisoriamente	324	<b>331</b>
Total do acervo com prioridade	918	<b>927</b>
Total de processos sem movimentação há mais de 100 dias em <b>Secretaria</b> (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	01	<b>1</b>
Total de processos com <b>prioridade legal</b> sem movimentação há mais de 100 dias em <b>Secretaria</b> (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	00	<b>0</b>
Total de processos <b>conclusos</b> para o(a) magistrado(a)	1.368	<b>1.010</b>
Total de processos <b>conclusos</b> para o(a) magistrado(a) <b>há mais de 100 dias</b>	103	<b>74</b>
Total de processo <b>conclusos</b> para o(a) magistrado <b>há mais de 100 dias</b> envolvendo <b>prioridade legal</b>	18	<b>11</b>

#### 4.2. FLUXO PROCESSUAL NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

*\*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária*

**Período: 18/03/2024 a 16/06/2024**

PROCESSOS JUDICIAIS	QUANTIDADE
Total de processos distribuídos e redistribuídos	<b>854</b>



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

(Painel de Gestão – Resumo entrada de feito)	
Total de processos julgados (Resumo de produção do gabinete)	<b>3.159</b>
Total de processos julgados Meta 1 (abril, maio e junho/2024) (Painel de Gestão – Meta 1)	<b>766</b>
Total de processos baixados definitivamente do acervo (abril, maio e junho) (PAINEL PIB – Site do TJPA)	<b>793</b>

### 4.3. PRODUTIVIDADE DO(S) MAGISTRADO(S) NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

*\*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária*

**Período: 18/03/2024 a 17/06/2024**

<b>ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS):</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Decisões	<b>1.211</b>
Despachos	<b>757</b>
Sentenças com resolução de mérito	<b>1.057</b>
Sentenças sem resolução de mérito	<b>127</b>
Audiências realizadas	<b>173</b>

NOME	DESPACHOS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	TOTAL DE SENTENÇAS	SENTENÇAS HOMOLOGATÓRIAS	RECURSOS INTERNOS JULGADOS
JOSE GOMES DE ARAUJO FILHO	754	1.204	1.039	124	5
CLEMILTON SALOMAO DE OLIVEIRA	3	5	4	1	
PEDRO HENRIQUE FIALHO		2	14	2	2
<b>Total</b>	<b>757</b>	<b>1.211</b>	<b>1.057</b>	<b>127</b>	<b>7</b>



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

TIPO DE AUDIÊNCIA	QUANTIDADE
AUDIÊNCIAS_DESIGNADAS	303
AUDIÊNCIAS_MARCADAS_DTEVENTO	419
AUDIÊNCIAS_NAO_REALIZADAS	83
AUDIÊNCIAS_REALIZADAS	173
AUDIÊNCIAS_REDESIGNADAS	116

4.4. É realizado acompanhamento de processos paralisados no Painel de Gestão Judiciária para evitar que entrem nos 100 (cem) dias sem movimentação?

**Anotação da Unidade:** Sim, diariamente a planilha é extraída do painel de gestão judiciária para evitar que os processos completem cem dias sem movimentação.

**Observação da Corregedoria:** No período da inspeção, havia 74 processos paralisados há mais de 100 dias na Unidade, sendo 73 em Gabinete e 1 em Secretaria.

5. METAS NACIONAIS E DIRETRIZES DO CNJ-2023/2024:

ANO 2023 – RESULTADO



METAS 2024 – ÍNDICES PARCIAIS EM 17/06/2024



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



5.1. Qual ação estabelecida no planejamento da unidade para cumprimento da Meta 1/2024-CNJ?

**Anotação da Unidade:** Os servidores lotados em gabinete nos primeiros dez dias do mês, centram-se principalmente em minutar sentenças. Além disso, a secretaria é orientada a no mesmo período filtrar processos que já estejam prontos para julgamento ou que estejam no final do processo de julgamento, aguardando audiência ou outro ato que possa ser adiantado com o fito de logo sentenciar o caso.

**Observação da Corregedoria:** Sugere-se que haja separação/triagem dos processos para que a execução de tarefas pelos servidores, em cada etapa, seja por fase do processo (postulatória, saneamento e julgamento).

5.2. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento da Meta 2/2024-CNJ? E quantos destes aguardam julgamento há mais de 10 (dez) anos? (*gestão judiciária*)

**Anotação da Unidade:** A meta 2 da unidade está cumprida (Índice em 107,79%)

**Observação da Corregedoria:** Na Meta 2 + 14 (processos de conhecimento pendentes de julgamento há 14 anos ou mais) há necessidade de julgar **10 processos**, devendo a Unidade identificar os processos e a fase em que se encontram de modo a agilizar o andamento e julgamento desses processos.

5.3. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento das Metas 4, 8,



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

10, 11/2024-CNJ? (gestão judiciária)?

**Anotação da Unidade:**

META 4 – Cumprida (Grau de cumprimento em 131,87%)

META 8 – 02 processos

META 10 – 01 processo

META 11 – 10 processos

**Observação da Corregedoria:** Foi encaminhada a lista de processos para Unidade para que priorizem os julgamentos.

REGIÃO	COMARCA	UNIDADE	IDCNJ	IDCLASSE	CLASSE	ASSUNTO	DATA
12º POLO - SANTARÉM	ORIXIMINÁ	VARA ÚNICA DE ORIXIMINÁ	00000046719978140037	7,00	Procedimento Comum	6017 - Dívida Ativa	03/1
12º POLO - SANTARÉM	ORIXIMINÁ	VARA ÚNICA DE ORIXIMINÁ	00000064220178140035	14.671,00	Guarda de Família	5802 - Guarda	09/1
12º POLO - SANTARÉM	ORIXIMINÁ	VARA ÚNICA DE ORIXIMINÁ	00000093119938140037	7,00	Procedimento Comum	7703 - Pagamento	12/1
12º POLO - SANTARÉM	ORIXIMINÁ	VARA ÚNICA DE ORIXIMINÁ	00000094019998140037	7,00	Procedimento Comum	899 - DIREITO CIVIL   7703 - Pagamento	04/1
12º POLO - SANTARÉM	ORIXIMINÁ	VARA ÚNICA DE ORIXIMINÁ	00000208219998140037	7,00	Procedimento Comum	899 - DIREITO CIVIL   4972 - Duplicata	03/1
12º POLO - SANTARÉM	ORIXIMINÁ	VARA ÚNICA DE ORIXIMINÁ	0000022820208140037	283,00	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3416 - Furto	25/1
12º POLO - SANTARÉM	ORIXIMINÁ	VARA ÚNICA DE ORIXIMINÁ	00000266820098140037	283,00	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3372 - Homicídio Qualificado   5555 - Crime Tentado	03/1
12º POLO - SANTARÉM	ORIXIMINÁ	VARA ÚNICA DE ORIXIMINÁ	00000351919998140037	7,00	Procedimento Comum	10671 - Obrigação de Fazer / Não Fazer	16/1
12º POLO - SANTARÉM	ORIXIMINÁ	VARA ÚNICA DE ORIXIMINÁ	00000384219978140037	7,00	Procedimento Comum	7703 - Pagamento	25/1
12º POLO - SANTARÉM	ORIXIMINÁ	VARA ÚNICA DE ORIXIMINÁ	00000388520108140037	283,00	Ação Penal - Procedimento Ordinário	11417 - Estupro de vulnerável	04/1
12º POLO - SANTARÉM	ORIXIMINÁ	VARA ÚNICA DE ORIXIMINÁ	00000656320138140037	39,00	INVENTÁRIO	7687 - Inventário e Partilha	16/1
12º POLO - SANTARÉM	ORIXIMINÁ	VARA ÚNICA DE ORIXIMINÁ	00000817020208140037	283,00	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3465 - Estupro	17/1
12º POLO - SANTARÉM	ORIXIMINÁ	VARA ÚNICA DE ORIXIMINÁ	00000965420118140037	283,00	Ação Penal - Procedimento Ordinário	11417 - Estupro de vulnerável	04/1
12º POLO - SANTARÉM	ORIXIMINÁ	VARA ÚNICA DE ORIXIMINÁ	00001020320078140037	7,00	Procedimento Comum	7715 - Enriquecimento sem Causa	24/1
12º POLO - SANTARÉM	ORIXIMINÁ	VARA ÚNICA DE ORIXIMINÁ	00001048020018140037	172,00	EMBARGOS À EXECUÇÃO	NÃO INFORMADO	02/1
12º POLO - SANTARÉM	ORIXIMINÁ	VARA ÚNICA DE ORIXIMINÁ	00001655220128140037	49,00	Usucapião	7898 - Instituição de Bem de Família	09/1
12º POLO - SANTARÉM	ORIXIMINÁ	VARA ÚNICA DE ORIXIMINÁ	00001859620198140037	74,00	Alvará Judicial - Lei 6858/80	NÃO INFORMADO	09/1
12º POLO - SANTARÉM	ORIXIMINÁ	VARA ÚNICA DE ORIXIMINÁ	00002015520168140037	7,00	Procedimento Comum	7703 - Pagamento	11/1

Lista de processos antigos pendentes de julgamento.

No que se refere à **Meta 8VDM**, o Painel de Gestão Judiciária aponta a necessidade de julgamento de **54 processos**.

**5.4. Houve diminuição da Taxa de congestionamento da unidade judicial (como parâmetro inicial 31.12.2023 e final a data de realização da inspeção)?**

Percentual TCL em 31.12.2023: **59,25%**

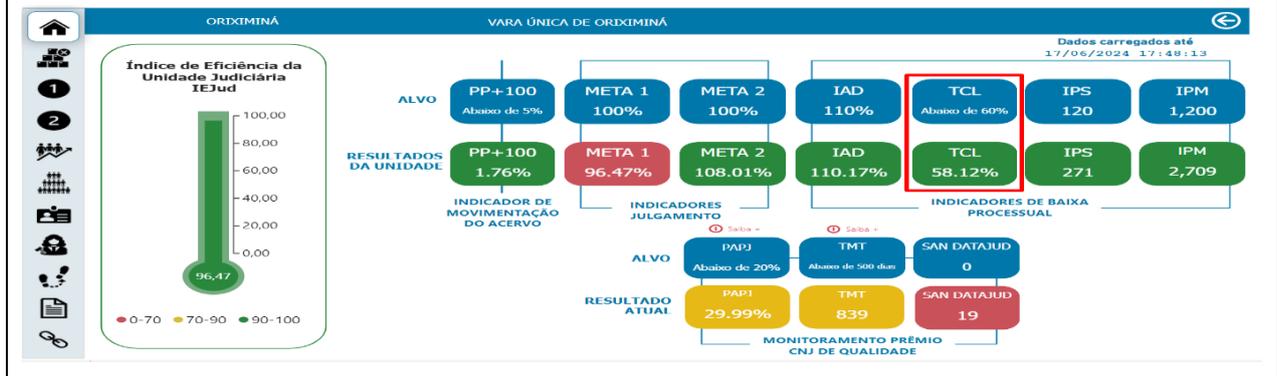
Percentual TCL data da inspeção: **58,12%**

**Observação da Corregedoria:** A taxa de congestionamento líquida tem se mantido



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

nos índices de desempenho esperado da Unidade.



**APLICAÇÃO E GESTÃO DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS - DIRETRIZ ESTRATÉGICA NÚMERO 05/2024 - CORREGEDORIA NACIONAL**

5.5. Nos processos suspensos em razão do aguardo de julgamento de precedentes foram lançadas etiquetas com a identificação do tema e órgão responsável pelo julgamento?

**Anotação da Unidade:** Apenas a etiqueta de “PROCESSO SUSPENSO” foi utilizada.

**Observação da Corregedoria:** há necessidade da Unidade etiquetar os processos com a identificação do tema e órgão de julgamento, por exemplo: etiqueta: **SOBRESTAR – TEMA 986 – STJ.**

SISTEMA	IDCLASSE	CLASSE	ASSUNTO	DATA DO EVENTO	CÓDIGO DO MOVIMENTO	MOVIMENTO
PJE1G	7	Procedimento Comum	10312 - Piso Salarial	07/07/2023 20:34:46	272	A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo ou
PJE1G	7	Procedimento Comum	10312 - Piso Salarial	07/07/2023 20:34:52	272	A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo ou
PJE1G	7	Procedimento Comum	10312 - Piso Salarial	07/07/2023 20:34:48	272	A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo ou
PJE1G	7	Procedimento Comum	10312 - Piso Salarial	07/07/2023 20:33:50	272	A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo ou
PJE1G	7	Procedimento Comum	10312 - Piso Salarial	07/07/2023 20:34:50	272	A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo ou
PJE1G	7	Procedimento Comum	10312 - Piso Salarial	07/07/2023 20:34:56	272	A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo ou
PJE1G	7	Procedimento Comum	10312 - Piso Salarial	07/07/2023 20:34:18	272	A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo ou
PJE1G	7	Procedimento Comum	10312 - Piso Salarial	07/07/2023 20:34:24	272	A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo ou
PJE1G	7	Procedimento Comum	10312 - Piso Salarial	07/07/2023 20:35:11	272	A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo ou
PJE1G	7	Procedimento Comum	10312 - Piso Salarial	07/07/2023 20:35:09	272	A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo ou
PJE1G	7	Procedimento Comum	10312 - Piso Salarial	07/07/2023 20:35:23	272	A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo ou
PJE1G	7	Procedimento Comum	10312 - Piso Salarial	07/07/2023 20:35:17	272	A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo ou
PJE1G	7	Procedimento Comum	10312 - Piso Salarial	07/07/2023 20:35:19	272	A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo ou
PJE1G	7	Procedimento Comum	10312 - Piso Salarial	07/08/2023 21:44:50	272	A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo ou
PJE1G	7	Procedimento Comum	10312 - Piso Salarial	07/07/2023 20:35:21	272	A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo ou
PJE1G	7	Procedimento Comum	10312 - Piso Salarial	07/07/2023 20:35:36	272	A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo ou
PJE1G	7	Procedimento Comum	10312 - Piso Salarial	15/03/2024 10:01:46	272	A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo ou
PJE1G	7	Procedimento Comum	10312 - Piso Salarial	07/07/2023 20:35:28	272	A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo ou
PJE1G	7	Procedimento Comum	10312 - Piso Salarial	07/07/2023 20:35:32	272	A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo ou



5.6. Qual o quantitativo de processos que se encontram suspensos, aguardando julgamento pelas Cortes Superiores e pelo Tribunal como precedentes obrigatórios? Quais temas?

**Anotação da Unidade:** Grande maioria aguardando julgamento em relação ao piso salarial de professores servidores efetivos.

**Observação da Corregedoria:** Foram localizados **55** processos com o tema **piso salarial**. Há necessidade da Unidade etiquetar os processos com a identificação do tema e órgão de julgamento, por exemplo: etiqueta: **SOBRESTAR – TEMA 986 – STJ**, de modo a manter efetivo controle sobre o quantitativo de processos que aguardam julgamento por tema. Muito embora o magistrado consiga fazer o efetivo controle do painel de gestão e do controle dos processos suspensos, é necessário um controle também pelo PJe, de modo que eventual licença, férias, remoção do magistrado da Unidade, haja registro de controle pelos magistrados que o sucederem.

Nº DO PROCESSO	ANO D	SISTEM	IDCLAS	CLASSE	ASSUNTO	DATA D	CÓDIGO	MOVIMENTO	VARIAV
08003873520228140037	2022	PJE1G		7	Procedime10312 - Piso Salarial		#####	272 A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo o SUSPENSOS	
08003951220228140037	2022	PJE1G		7	Procedime10312 - Piso Salarial		#####	272 A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo o SUSPENSOS	
08003969420228140037	2022	PJE1G		7	Procedime10312 - Piso Salarial		#####	272 A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo o SUSPENSOS	
08003994920228140037	2022	PJE1G		7	Procedime10312 - Piso Salarial		#####	272 A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo o SUSPENSOS	
08004003420228140037	2022	PJE1G		7	Procedime10312 - Piso Salarial		#####	272 A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo o SUSPENSOS	
08004141820228140037	2022	PJE1G		7	Procedime10312 - Piso Salarial		#####	272 A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo o SUSPENSOS	
08004150320228140037	2022	PJE1G		7	Procedime10312 - Piso Salarial		#####	272 A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo o SUSPENSOS	
08004177020228140037	2022	PJE1G		7	Procedime10312 - Piso Salarial		#####	272 A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo o SUSPENSOS	
08004185520228140037	2022	PJE1G		7	Procedime10312 - Piso Salarial		#####	272 A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo o SUSPENSOS	
08004229220228140037	2022	PJE1G		7	Procedime10312 - Piso Salarial		#####	272 A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo o SUSPENSOS	
08004254720228140037	2022	PJE1G		7	Procedime10312 - Piso Salarial		#####	272 A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo o SUSPENSOS	
08004280220228140037	2022	PJE1G		7	Procedime10312 - Piso Salarial		#####	272 A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo o SUSPENSOS	
08004298420228140037	2022	PJE1G		7	Procedime10312 - Piso Salarial		#####	272 A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo o SUSPENSOS	
08004315420228140037	2022	PJE1G		7	Procedime10312 - Piso Salarial		#####	272 A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo o SUSPENSOS	
08004323920228140037	2022	PJE1G		7	Procedime10312 - Piso Salarial		#####	272 A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo o SUSPENSOS	
08004340920228140037	2022	PJE1G		7	Procedime10312 - Piso Salarial		#####	272 A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo o SUSPENSOS	
08004359120228140037	2022	PJE1G		7	Procedime10312 - Piso Salarial		#####	272 A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo o SUSPENSOS	
08004436820228140037	2022	PJE1G		7	Procedime10312 - Piso Salarial		#####	272 A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo o SUSPENSOS	

5.7. Após o julgamento de precedentes obrigatórios firmados pelas Cortes superiores e pelo Tribunal, qual o prazo para retomada do julgamento dos processos individuais então suspensos?

**Anotação da Unidade:** Média de 30 dias

5.8. Existem processos ainda suspensos cujos temas já tenham sido julgados pelas Cortes Superiores?



**Anotação da Unidade:** Não

5.9. Em que periodicidade são revistos os processos que se encontram suspensos por aguardarem julgamento vinculante de Tribunal?

**Anotação da Unidade:** Média de 3 meses

5.10. Por quais ferramentas de consulta são acompanhados os julgamentos dos temas que buscam fixação de precedente obrigatório? Com que regularidade/periodicidade são feitas as consultas?

**Anotação da Unidade:** Sítio eletrônico do Tribunal respectivo. Média de 3 meses.

**Observação da Corregedoria:** Recomenda-se a consulta ao Painel de Business Intelligence (BI) desenvolvido pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística, o qual monitora, a nível estadual, os processos sobrestados por precedentes judiciais qualificados, disponível no link: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno//hotsite/recursos-extraordinarios/pg.xhtml?pg=859288>

## INFÂNCIA E JUVENTUDE

5.11. Quantas audiências concentradas foram realizadas para reavaliar as medidas socioeducativas de internação e semiliberdade nos últimos 12 meses?

**Anotação da Unidade:** Não foram realizadas audiências concentradas, os casos vêm sendo analisados de forma individualizada.

**Observação da Corregedoria:** a comarca tem a casa de acolhimento João e Maria, que acolhe desde bebês até adolescentes. A casa de acolhimento tem hoje oito crianças acolhidas.

No SNA constam dois processos com de declínio de competência e que por ocasião da inspeção não tinham sido alimentados. O Magistrado foi orientado a regularizar a situação no SNA. Em relação aos menores J.P.C e R. C.



Constam para solução imediata no SNA considerando-se o atraso no cadastramento do julgamento no processo de adoção.

Não há na Comarca equipe multidisciplinar. Há uma Assistente Social do Município que presta serviço, no fórum. Quando necessário demandam a equipe de Santarém, que já fez atendimento por duas vezes no fórum.

**5.12. Quantas audiências concentradas foram realizadas para reavaliar a medida protetiva de acolhimento de crianças e adolescentes, nos últimos 6 meses?**

**Anotação da Unidade:** Não foram realizadas audiências concentradas, os casos vêm sendo analisados de forma individualizada.

**Observação da Corregedoria:** O Magistrado não realiza audiências concentradas.

**RECOMENDA-SE** que sejam realizadas audiências concentradas conforme previsão legal.

**5.13. Há na comarca Programa ou Projeto que objetive o desenvolvimento de ações voltadas ao processo de desinstitucionalização do jovem que vive em casa de acolhimento institucional, em vias de completar 18 anos? (Diretriz estratégica 10 da Corregedoria Nacional 2024)**

**Anotação da Unidade:** Não há.

**Observação da Corregedoria:** resalte-se a importância do fortalecimento da rede da Infância e Juventude.

O Magistrado reportou que o Promotor Dr. Carlos Fernando Cruz da Silva trabalha de forma remota por motivo de saúde e que se desloca para o Município a cada dois ou três meses. O Magistrado reportou que o Ministério e o Defensor Público trabalham em parceria com o Judiciário.

**REGISTROS PÚBLICOS**

**5.14. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, qual a**



**periodicidade de fiscalização do funcionamento dos cartórios de registro de pessoas naturais em regime de plantão, nos finais de semana e feriados?** (*Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2024*)

**Anotação da Unidade:** Quadrimestral

**Observação da Corregedoria:** a Comarca tem dois cartórios extrajudiciais: cartório do Único Ofício Pedro Martins, localizado na cidade de Oriximiná e Cartório do Único Ofício de Porto Trombetas, localizado no distrito de Porto Trombetas. O magistrado reportou que no ano passado realizou a correição nos cartórios extrajudicial. (0000595-74.2021.2.00.0814 - **19/07/2023**, inspeção na serventia extrajudicial – Oriximiná). Em Porto Trombetas, fez a inspeção no cartório, porém não encaminhou para a Corregedoria.

A **ORIENTAÇÃO** é para que o magistrado realize correição nas duas serventias de acordo com o Anexo II do Prov. Conjunto 008/2020-CJRMB/CJCI, cujo período de realização é o 3º trimestre de cada ano.

**5.15. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, informe se o cartório de registro de pessoas naturais possui posto avançado em maternidade e casa de saúde, assim como promove o cadastramento de parteiras nas localidades distantes?** (*Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2024*)

**Anotação da Unidade:** Não possui

**Observação da Corregedoria:** O Magistrado reportou que tudo é perto na cidade e que não tinha visto a necessidade de um posto avançado.

Registre-se, porém que o Juiz da Unidade é o Corregedor Permanente das Serventias Extrajudiciais da comarca, pelo que deve realizar anualmente Correição Ordinária nos cartórios do Município de Oriximiná (Único Ofício Pedro Martins e Único Ofício de Porto Trombetas), ocasião em que imprescindível buscar junto às Serventias Extrajudiciais com competência para Registro Civil que viabilizem Posto Avançado em maternidade do município, e, se for o caso, cadastramento de parteiras, tudo para evitar pessoas sem registros, registros tardios e subregistro, que fiquem impedidos do exercício da cidadania, minimizando assim a dificuldade quanto ao acesso aos serviços públicos, mormente pelos vulneráveis.



5.16. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, o assunto “Registro de nascimento após o prazo legal” (TPU 7732) encontra-se devidamente identificado? Quantos processos com esse assunto encontram-se aguardando julgamento? (*Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2024*)

**Anotação da Unidade:** Sim, os processos estão identificados com a respectiva etiqueta. Na data de hoje, não há processos com esse assunto aguardando julgamento.



**Observação da Corregedoria:** Restou identificado o processo n. 0801522-82.2022.814.0037 com o assunto “7732”.

Trata-se de **AÇÃO DE REGISTRO DE NASCIMENTO TARDIO** ajuizada em 20/09/2022. O processo está com vista ao Ministério Público para manifestação final desde 4/4/2024.

**Há necessidade** que a Unidade diligencie para finalização do processo com a recomendação de que demandas dessa natureza não ultrapassem um ano de tramitação.



**5.17. Há na unidade localidade com concentração potencial de sub registro civil? Existe programação na unidade para a realização de ações que visem erradicar o sub registro civil? (Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2023)**

**Anotação da Unidade:** Sim. Já realizadas duas ações itinerantes nos distritos de Cachoeira Porteira e Comunidade Jauari.

**Observação da Corregedoria:** O Magistrado tem um projeto no Município que objetiva combater bullying nas escolas voltado para as comunidades tradicionais. Irá apresentar o projeto pelo laboratório de Inovação do Tribunal e está no Banco de Boas Práticas do CNJ.

Tem o projeto de atendimento de justiça itinerante nas comunidades ribeirinhas. Em setembro/2023 (Território de Quilombola de Cachoeira Porteira, com 4651 atendimentos (Siga-doc TJPA-REQ 2023/13084) e abril/2024 (Território Quilombola de Jauari, com 7005 atendimentos, durante uma semana com encerramento com casamento comunitário (TJPA/MEM 2024/21530).

As autorizações da execução do projeto em comunidades ribeirinhas de Oriximiná, estão materializados com autorização do TJ/PA nos sigas PA-REQ 2023/09590, PA-MEM 2024/06763).

## **RECUPERAÇÃO JUDICIAL/FALÊNCIA**

**5.18. O Juízo de Recuperação Judicial/Falência, ao deferir o processamento de recuperação judicial ou decretar falência, tem oficiado ao Núcleo de Cooperação Judiciária do TRT 8ª Região solicitando lista completa de processos trabalhistas de CONHECIMENTO, LIQUIDAÇÃO e EXECUÇÃO, que tramitem contra a sociedade empresária ou grupo econômico reconhecido judicialmente como beneficiado com o deferimento do processamento da recuperação judicial (Termo de Cooperação Jurisdicional nº 001/2023, celebrado entre TJPA e TRT 8ª Região, em 30.10.2023)?**



**Anotação da Unidade:** Não há processos de recuperação judicial/falência tramitando na unidade.

**Observação da Corregedoria:** Por se tratar de Juízo competente para falência e recuperação judicial, **RECOMENDA-SE** atenção ao disposto no Termo de Cooperação Jurisdicional nº 001/2023, celebrado entre TJPA e TRT 8ª Região, em 30.10.2023.

**CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO – RESOLUÇÃO Nº 471/2022-CNJ – DIRETRIZ ESTRATÉGICA NÚMERO 11 CORREGEDORIA NACIONAL.**

**5.19. O juízo tem observado os requisitos para a distribuição das ações de execução fiscal a partir do julgamento do TEMA 1184 pelo Supremo Tribunal Federal?**

**Anotação da Unidade:** A unidade passou a adotar o entendimento no mês de maio/2024, de modo que ainda não foram recebidas novas execuções fiscais de baixo valor para que possam ser avaliadas a prévia adoção de tentativa de conciliação ou adoção de solução administrativa e prova do protesto do título.

**Observação da Corregedoria:** Faz-se necessário que a Secretaria promova a triagem, etiquetagem e conclusão de todos os processos atingidos pelo julgamento do Tema 1184-STF para análise pelo gabinete, ressaltando que quando da tomada de decisões pelo magistrado deve constar das decisões o levantamento da causa suspensiva, sob pena de não contabilização dos movimentos realizados (provimentos judiciais e até baixa processual) para a produtividade da unidade.

**AÇÕES AMBIENTAIS – DIRETRIZ ESTRATÉGICA NÚMERO 13/2024 CORREGEDORIA NACIONAL**

**5.20. As demandas envolvendo matéria ambiental recebem etiqueta de identificação “AÇÃO AMBIENTAL”?**



**Anotação da Unidade:** Sim. Porém, são a minoria. Muitas questões que versam sobre o assunto estão em verdade etiquetadas como “AÇÃO CIVIL PÚBLICA” por se tratar da referida classe judicial.

**Observação da Corregedoria:** **ORIENTA-SE** a Unidade de que a TPU de “assuntos” do CNJ contém a árvore “Direito Ambiental”. Na hierarquia desta árvore existem mais de 20 (vinte) assuntos de Direito Ambiental conforme print abaixo. A Tabela de assuntos do CNJ pode ser visualizada a partir do link [https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta\\_publica\\_assuntos.php](https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php), no qual é possível verificar todos os assuntos e respectivos códigos válidos na árvore “Direito Ambiental”

- 9994 Dano Ambiental
- 10116 Agrotóxicos
- 11828 Área de Preservação Permanente
- 15302 Cadastro Ambiental Rural
- 10438 ~~Dano Ambiental~~
- 15301 Dano Moral Coletivo Decorrente de Dano Ambiental
- 10114 Fauna
- 10113 Flora
- 10119 Gestão de Florestas Públicas
- 11822 Mineração
- 15008 Mudanças Climáticas
- 15300 Pagamento por Serviços Ambientais
- 11830 Patrimônio Cultural
- 11825 Poluição
- 11829 Produtos Controlados / Perigosos
- 11824 Recursos Hídricos
- 11823 Reserva legal
- 10112 Revogação/Anulação de multa ambiental
- 10111 Revogação/Concessão de Licença Ambiental
- 11862 Saneamento
- 11869 ~~Saneamento~~
- 10115 Transgênicos
- 10118 Unidade de Conservação da Natureza
- 11827 Zona Costeira
- 11826 Zoneamento Ecológico e Econômico



**5.21. Informar quantos termos de cooperação jurisdicionais/atos consertados foram firmados, indicando: a) os envolvidos, b) a matéria tratada e c) a comunicação à Corregedoria?**

**Anotação da Unidade:** Foram realizados três termos de cooperação jurisdicionais para implantação do ponto digital na Mineradora Rio do Norte na comunidade Jauari e no Quilombo Remanescente, sendo partes o Município de Oriximiná, a Mineradora Rio do Norte, o Quilombo e a Comunidade Jauari. A Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará foi cientificada dos termos.

## **6. ROTINAS DE TRABALHO DA SECRETARIA:**

**6.1. A Unidade observa o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular n. 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE? (Ofício circular n. 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJECOR n. 0002009-73.2.00.0814)**

**Anotação da Unidade:** Sim

**Observação da Corregedoria:** Foram verificados os seguintes processos, por amostragem, constantes dos processos baixados do painel de gestão judiciária:

**0000128-78.2019.814.0037**      PJE1G      283      Ação Penal - Procedimento Ordinário      3608 - Tráfico de Drogas e Condutas Afins      08/05/2024      09:06:43.  
Baixa Definitiva      BAIXADOS;

**0008751-34.2019.814.0037**      PJE1G      283      Ação Penal - Procedimento Ordinário      3372 - Homicídio Qualificado      16/06/2024 17:11:16      Baixa Definitiva      BAIXADOS;

**0802404-44.2022.814.0037**      PJE1G      283      Ação Penal - Procedimento Ordinário      11417 - Estupro de vulnerável      16/06/2024 17:18:33      Baixa Definitiva      BAIXADOS;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

0003171-23.2019.814.0037 PJE1G 283 Ação Penal - Procedimento Ordinário 3419 - Roubo 23/02/2024 14:46:09 Baixa Definitiva.  
BAIXADOS

Em nenhum dos processos acima houve lançamento do movimento de suspensão. Deste modo, não foi possível verificar a ocorrência da retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE.

6.2. A Unidade está realizando o devido cadastro dos bens apreendidos no SNGB – Sistema Nacional de Gestão de Bens – CNJ? Há bens apreendidos cadastrados no antigo SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos) que porventura já foram destinados e ainda se encontram com pendência do registro da destinação no SNBA? No caso de bens cadastrados no SNBA que de fato ainda não foram destinados, foi providenciada a migração dos dados para o Sistema Nacional de Gestão de Bens-SNGB, nos termos da Resolução n. 483/CNJ-2022. (Resolução n. 483-CNJ, de 19/12/2022 - Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens e dá outras providências)

Anotação da Unidade: Sim

**CNJ** CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Bens Apreendidos

Usuário: [REDAZIDO]

Principal Cadastrar Pesquisar Vincular Relatórios Contato Manual Voltar Sair

**Pesquisar Bens**

Tribunal de Justiça Estadual: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

1º Grau - Justiça Estadual: 1º GRAU - TJPA

Comarca: ORIXIMINÁ

Varas e Juizados Estaduais: VARA UNICA DE ORIXIMINÁ

Bem Apreendido: Todos

Destinação do Bem: Todas

Descrição Complementar do Bem:

Pesquisar Imprimir Imprimir Detalhado

Bem Apreendido	Tipo	Quantidade	Valor(R\$)	Núm. Processo
Armas e acessórios	Pistola	1	-	00011676520088140037
Armas e acessórios	Revólver	1	-	00014139620088140037
Armas e acessórios	Armas não Classificadas	1	-	200820003131
Armas e acessórios	Revólver	1	-	200820000374
Armas e acessórios	Espingarda	1	-	200820000574

Número de registros: 5

Página 1 de 1



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**Observação da Corregedoria:** Em consulta realizada ao SNBA constatou-se que a Unidade possuía 05 (cinco) bens cadastrados, nenhum com registro de destinação pendente. A Diretora de Secretaria informou não haver nenhum bem apreendido no fórum, o que foi constatado por ocasião da inspeção.

No SNGB há somente dois bens cadastrados.

### Tela do SNGB

Na delegacia de polícia, há veículos apreendidos, conforme fotos abaixo. A Diretora de Secretaria informou que esses bens não estão registrados no sistema SNBA/SNGB.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



**RECOMENDA-SE** que a Unidade regularize de forma imediata o cadastro dos bens apreendidos e que se encontram custodiados na delegacia de polícia do município, conforme listagem anexa, fornecida pelo Delegado de Polícia, e cumpra os provimentos: Provimento Conjunto nº 002/2021-CJRMB/CJCI - Publicado no DJE em 29/01/2021 - Dispõe sobre a destinação de bens apreendidos em procedimentos criminais e processos judiciais custodiados pelo Poder Judiciário do Estado do Pará. E, Provimento nº 003/2022-CGJ - Publicado no Diário da Justiça em 27/07/2022. - Altera o Provimento Conjunto nº 02/2021-CJRMB/CJCI, de 29/01/2021, que dispõe sobre destinação de bens apreendidos em procedimentos criminais e processos judiciais custodiados pelo Poder Judiciário do Estado do Pará.

**6.3. É realizado o saneamento de classe e assunto das demandas em trâmite da unidade de modo que a classe esteja sempre no último nível e o assunto esteja, pelo menos, no terceiro nível? Apontar o número de processos pendentes de saneamento desta natureza constante da lista disponibilizada no Painel de Gestão**

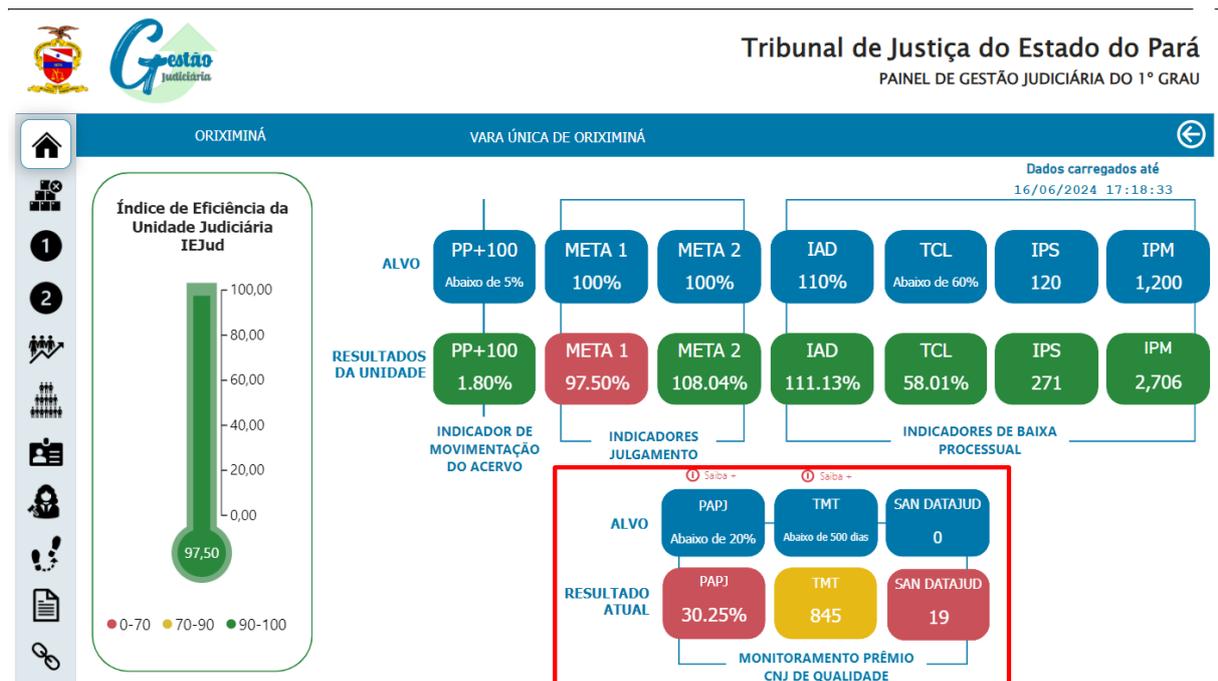


## Judiciária (SAN DATAJUD)

**Anotação da Unidade:** Atualmente há um servidor disponibilizado pelo TJPA que está realizando o saneamento. Existem 16 processos pendentes de saneamento.

**Observação da Corregedoria:** A Diretora de Secretaria informou que diariamente faz saneamento nos processos, quando recebe flagrantes e inquéritos da delegacia e quando é identificado no gabinete, o próprio magistrado despacha nos autos determinando o saneamento. Relatou que aconteceu muito isso nos processos de execução fiscal. Na data da inspeção havia **19 processos** para saneamento, conforme print abaixo.

A Unidade não tem o efetivo controle dos inquéritos policiais remetidos à Autoridade Policial para que seja feita a solicitação de cobrança para devolução.



Foi constatado também que a Vara possui dois perfis no SAN DATAJUD: “Vara Única da Comarca de Oriximiná” com 10 processos a serem saneados e o perfil “Vara Única de Oriximiná”, com 9 processos a serem saneados.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**DATAJUD**  
BASE NACIONAL DE DADOS  
DO PODER JUDICIÁRIO

Art. 8 III - Saneamento das Unidades Judiciais

Percentual de Assuntos válidos: **100,00**  
Percentual de Assuntos em Nível Adequado: **99,24**  
Percentual de Classes Válidas: **99,62**  
Percentual com Polo Ativo Válido: **100,00**  
Percentual com Polo Passivo Válido: **97,33**

Unidade: VARA UNICA DA COMARCA DE ORIXIMINA  
Sistema: LIBRA, PJE 1G  
Acervo: N, S

Quantidade de Processos com algo a ser saneado: **10**

UNIDADE	PROCESSO	ASSUNTO INVALIDO	ASSUNTO NIVEL 1 OU 2	CLASSE NÃO FILHA	PROBLEMAS NO POLO ATIVO	PROBLEMAS NO POLO PASSIVO
VARA UNICA DA COMARCA DE ORIXIMINA	00022442320208140037	N	N	N	N	S
VARA UNICA DA COMARCA DE ORIXIMINA	00031839320208140037	N	N	N	N	S
VARA UNICA DA COMARCA DE ORIXIMINA	00034637120208140037	N	N	N	N	S
VARA UNICA DA COMARCA DE ORIXIMINA	000382320208140037	N	N	N	N	S
VARA UNICA DA COMARCA DE ORIXIMINA	0800592920218140037	N	N	N	N	S
VARA UNICA DA COMARCA DE ORIXIMINA	08006592920228140037	N	N	N	N	S
VARA UNICA DA COMARCA DE ORIXIMINA	08012283020228140037	N	N	N	N	S
VARA UNICA DA COMARCA DE ORIXIMINA	00010107920158140037	N	N	S	N	N
VARA UNICA DA COMARCA DE ORIXIMINA	00024044820208140037	N	S	N	N	N
VARA UNICA DA COMARCA DE ORIXIMINA	00028678720208140037	N	S	N	N	N
Total						

**DATAJUD**  
BASE NACIONAL DE DADOS  
DO PODER JUDICIÁRIO

Art. 8 III - Saneamento das Unidades Judiciais

Percentual de Assuntos válidos: **100,00**  
Percentual de Assuntos em Nível Adequado: **100,00**  
Percentual de Classes Válidas: **100,00**  
Percentual com Polo Ativo Válido: **100,00**  
Percentual com Polo Passivo Válido: **75,00**

Unidade: VARA UNICA DE ORIXIMINA  
Sistema: SEEU  
Acervo: N, S

Quantidade de Processos com algo a ser saneado: **9**

UNIDADE	PROCESSO	ASSUNTO INVALIDO	ASSUNTO NIVEL 1 OU 2	CLASSE NÃO FILHA	PROBLEMAS NO POLO ATIVO	PROBLEMAS NO POLO PASSIVO
VARA UNICA DE ORIXIMINA	00011474320208140051	N	N	N	N	S
VARA UNICA DE ORIXIMINA	00013033120208140051	N	N	N	N	S
VARA UNICA DE ORIXIMINA	00014878420208140051	N	N	N	N	S
VARA UNICA DE ORIXIMINA	20000068920238140037	N	N	N	N	S
VARA UNICA DE ORIXIMINA	20000129620238140037	N	N	N	N	S
VARA UNICA DE ORIXIMINA	20000172120238140037	N	N	N	N	S
VARA UNICA DE ORIXIMINA	20000196620238140037	N	N	N	N	S
VARA UNICA DE ORIXIMINA	20000285020238140037	N	N	N	N	S
VARA UNICA DE ORIXIMINA	20000310520238140037	N	N	N	N	S
Total						

**RECOMENDA-SE** que a Unidade entre em contato com o DPGE para regularizar a situação dos dois perfis.

6.4. Qual a regularidade de atualização no processo eletrônico (PJE) de dados como endereço, telefone, e-mail, de partes, advogado, Ministério Público e outros, após o recebimento do peticionamento para permitir a automação na confecção de mandados e de quaisquer documentos que tenham natureza de comunicação?

**Anotação da Unidade:** Sempre que analisamos os autos e constatamos informação

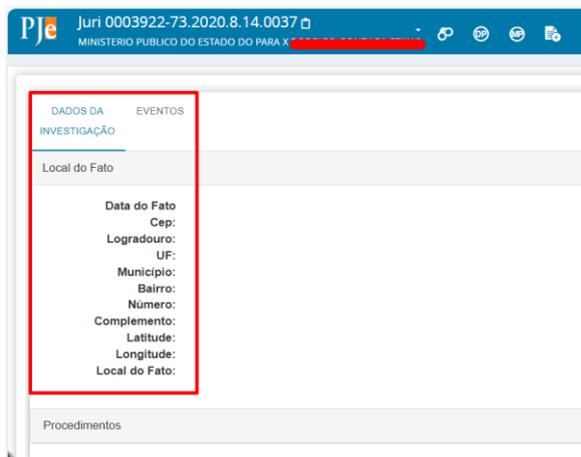


PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

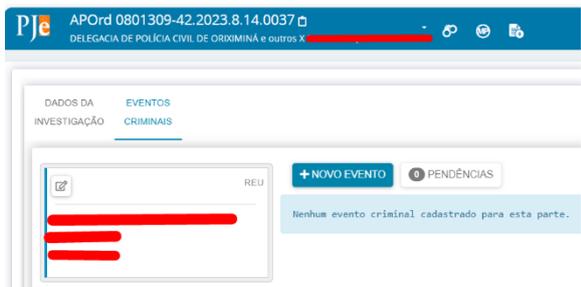
para atualizar os dados.

**Observação da Corregedoria I:** Fazendo-se uma análise por amostragem, dos processos de réus presos, extraída da lista encaminhada pela Unidade, constatou-se que:

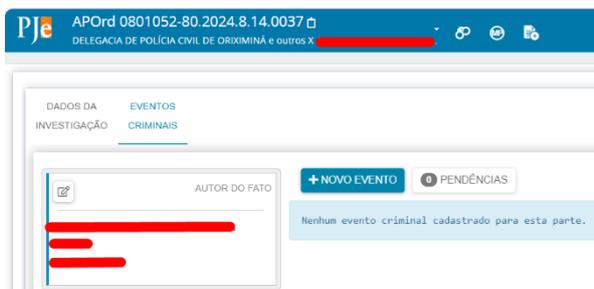
No processo n.º 0003922-73.2020.8.14.0037 - não há informação criminal cadastrada nas abas dados da investigação e eventos.



No processo n.º 0801309-42.2023.8.14.0037 - não há informação criminal cadastrada na aba eventos criminais.



No processo n.º 0801052-80.2024.8.14.0037 - não há informação criminal cadastrada na aba eventos criminais.



**Observação da Corregedoria II:** DEVE ser priorizada a atualização de dados com



a imediatividade, conforme peticionamento, via agrupadores ou por ocasião da lavratura do termo de audiência. Desta forma, usando modelo-padrão de mandados, com variáveis, será possível expedir ato de comunicação automatizado.

Durante a Inspeção, houve orientação da equipe da Corregedoria para a Unidade a fim de que os dados sejam atualizados no sistema no momento que houver a comunicação da alteração de dados cadastrais, seja por petição, atendimento presencial, audiência, certidão do oficial de justiça, entre outros. Registre-se que nenhuma ordem judicial/mandado deve ser expedida com endereço no corpo do documento diverso do que esteja alimentado no sistema, tanto no que se refere a endereço de partes quanto de quaisquer das testemunhas.

## 6.5. Quantas notificações aguardam verificação pasta agrupadores? Qual a data da notificação mais antiga?

**Anotação da Unidade:** 11. Notificação mais antiga 21.05.2024

**Observação da Corregedoria:** Na pasta “agrupadores”, com a utilização do filtro “sempre” identificou-se a seguinte situação:

A captura de tela mostra a interface de pesquisa do sistema PJ-e. No topo, há uma barra azul com o ícone PJ-e. Abaixo, há uma seção de pesquisa com campos para "Processo", "Classe judicial", "Assunto", "Órgão julgador", "Nome da parte", "OAB (00000 A UF)", "UF", "CPF/CNPJ" e "Processo com parte sem CPF/CNPJ". Um botão "Pesquisar" e um botão "Limpar" estão visíveis. Abaixo dos campos, há uma lista de resultados com o seguinte conteúdo:

Resultado
Petições avulsas não lidas - (21540)
Processos com habilitações nos autos não lidas - (1720)
Documentos não lidos - (20943)
Mandatos devolvidos pelo oficial de justiça - (14564)
Processos com pedido de assistência judiciária gratuita não apreciado - (5953)
Processos sob análise de prevenção - (797)

A Corregedoria **ORIENTA** a Unidade sobre a importância de vigiar a pasta Agrupadores para ter acesso às urgências, acordos, petições e todas as comunicações externas no processo, evitando que casos urgentes e com prioridade acabem paralisados



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

por desconhecimento da Unidade, bem como para que os advogados não precisem recorrer ao balcão de atendimento para pedir habilitações no PJE, conclusão de petições, homologações de acordo, desistência ou análise de pedidos urgentes por desconhecimento da unidade.

### 6.6. O mandado de prisão civil é cadastrado no BNMP?

**Anotação da Unidade: Sim**

The image displays two screenshots of the BNMP (Sistema Nacional de Monitoramento de Prisioneiros) interface. Both screenshots show the search results for a specific unit. The top screenshot is for the unit 'VARA ÚNICA DE ORIXIMINA' and shows 178 presos, including 0 presos civis. The bottom screenshot is for the unit 'ORIXIMINA' and shows 0 presos, including 0 presos civis. In both cases, the '0 Preso Civil' entry is highlighted with a red box.

Unidade	0 Internados	178 Presos	Outros Status
VARA ÚNICA DE ORIXIMINA	0 Internado Provisório 0 Internado Execução Provisória 0 Internado Execução Definitiva	96 Preso Provisório <b>0 Preso Civil</b> 47 Preso Condenado em Execução Provisória 35 Preso Condenado em Execução Definitiva	61 Procurado 3 Foragido 5 Morto 300 Em liberdade

Unidade	0 Internados	0 Presos	Outros Status
ORIXIMINA	0 Internado Provisório 0 Internado Execução Provisória 0 Internado Execução Definitiva	0 Preso Provisório <b>0 Preso Civil</b> 0 Preso Condenado em Execução Provisória 0 Preso Condenado em Execução Definitiva	28 Procurado 0 Foragido 0 Morto 71 Em liberdade

**Observação da Corregedoria:** a Unidade não possui preso civil em nenhum dos perfis (Vara Única de Oriximiná e Oriximiná).

### 6.7. Quantos processos migrados encontram-se pendentes de regularidade e não



## foram movimentados no PJE?

**Anotação da Unidade:** Pendentes 11, todavia todos foram movimentados no PJE.

**Observação da Corregedoria:** Na análise do sistema PJE não foram identificados processos em tarefa “migração de sistema Libra”. Feita também a verificação pelo painel de gestão judiciária no acervo ativo, não foi localizado nenhum processo em tramitação no sistema Libra.

## 6.8. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Secretaria?

**Anotação da Unidade:** Não há.

Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

ORDXIMINÁ VARA ÚNICA DE ORDXIMINÁ

ACERVO	ACERVO ATIVO	PARALISADOS+100	CONCLUSOS	CONCLUSOS+100
ACERVO COM PRIORIDADE	695	0	0	0

Detalhamento Detalhamento

Acervo ativo por classe e situação processual

CLASSE	EM ANDAMENTO	JULGADO	Total
Ação Penal - Procedimento Ordinário	131	17	148
Procedimento Comum	59	21	80
Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68	64	14	78
Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)	52	3	55
Cumprimento de sentença	30	11	41
INQUÉRITO POLICIAL	28		28
<b>Total</b>	<b>587</b>	<b>108</b>	<b>695</b>

Lista de processos no acervo ativo da unidade

Nº DO PROCESSO	ANO DO PROCESSO	SITUAÇÃO	SISTEMA	IDCLASSE	CLASSE
08013731820248140037	2024	EM ANDAMENTO	PJE1G	280	Auto de Prisão em Flagrante
08013714820248140037	2024	EM ANDAMENTO	PJE1G	280	Auto de Prisão em Flagrante
08013723320248140037	2024	EM ANDAMENTO	PJE1G	280	Auto de Prisão em Flagrante
08013706320248140037	2024	EM ANDAMENTO	PJE1G	280	Auto de Prisão em Flagrante

Paralisado entre (dias): 1 a 15322

Último movimento: Todos

Sistema: Todos

Área: Todos

Em Gabinete (S: sim; N: não): N

Gratuidade (S: sim; N: não): Todos

Sigilo (S: sim; N: não): Todos

Juízo 100% Digital (S: sim; N: não): Todos

Prioridade (S: sim; N: não): S

Liminar/Tutela (S: sim; N: não): Todos

Número do processo: Todos

Embora não tenham processos paralisados, verificou-se que há inclusão de certidões que não configuram o real impulso processual. Como se pode observar dos processos: Ex: Por amostragem foi verificado o processo n. 0010374-36.2019.8.14.0037 (Júri - Meta 2). Nestes autos, foi expedida carta precatória no dia **13/03/2020** para a Comarca de Manaus-AM, para oitiva de duas testemunhas (id 71988406-pág.16). No dia 16/08/2021 foram solicitadas informações acerca de seu cumprimento ao juízo deprecado (id 71988418-pág.9). O processo foi migrado do sistema Libra para o PJE em 25/07/2022.



Nos dias 08/11/2022, 25/01/2023, 17/03/2023 e 08/05/2023 foram cadastradas certidões tão somente com a observação de que os autos estavam aguardando devolução de carta precatória, sem registro de cobrança ou conclusão dos autos. A Unidade deve observar essa situação para que não se repita em outros processos da Unidade.

A imagem mostra uma interface do sistema PJe. No topo, há uma barra azul com o logo 'PJe' e o texto 'Juri 0010374-36.2019.8.14.0037' e 'MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ X'. Abaixo, há uma barra de busca e uma barra de mensagens. À esquerda, há uma lista de mensagens com datas e assuntos. À direita, há uma barra de mensagens com o texto '116697674 - Des' e 'Juntado por JOSE GOME:'. Abaixo disso, há uma barra de texto com o conteúdo: 'AUTOS: 00103', 'AÇÃO: AÇÃO F', 'AUTOR: MINIS', 'REU: WILLIAM'. Uma caixa vermelha destaca as mensagens de certidão.

Data	Assunto	Conteúdo	Horário
19 Jul 2023	51 - CONCLUSOS PARA DESPACHO		10:32
08 May 2023	60 - EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO.	92358710 - Certidão	13:43
17 Mar 2023	60 - EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO.	89042341 - Certidão	10:48
25 Jan 2023	60 - EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO.	85344974 - Certidão	08:23
08 Nov 2022	60 - EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO.	81216580 - Certidão	09:30

Recomenda-se a Unidade que não proceda a inclusão de certidões para retirar o processo dentre os processos paralisados, e que se proceda a conclusão dos autos para o devido impulso real do processo a ser prolatado pelo Magistrado despacho, decisão ou sentença. Assim como, a Unidade não deve proceder ao cancelamento indevido de conclusões.

## **7. MANDADOS/ CENTRAL DE MANDADOS/ CARTAS PRECATÓRIAS:**

### **7.1. A Unidade adota modelo de mandado no PJE? (anexar o modelo)**

**Anotação da Unidade:** Atualmente não. Adotamos como modelos/mandados as decisões, despachos e sentenças.

**Observação da Corregedoria:** a Diretora de Secretaria informou que não adota o modelo de mandado automatizado porque não sabe utilizar essa função no PJe.



Verificou-se na Unidade que o sistema PJe não está bem alimentado com os dados das partes. RECOMENDA-SE que a Unidade realize o saneamento para que haja a importação de dados para confecção de mandados automatizados. Durante o workshop, a assessora técnica em informática da Corregedoria, instruiu os servidores como fazerem a automação de mandados no PJE.

**7.2. Há mandados pendentes de cumprimento/devolução por oficial de justiça, com prazo extrapolado? Quantos? Identifique-os.**

**Anotação da Unidade:** Sim. Há 45 mandados. Planilha anexa.

**Observação da Corregedoria:** Na análise do sistema PJE identificou-se 876 expedientes pendentes da Central de Mandados, sendo o mais antigo datado de 11/02/2020. Deve ser providenciada a depuração dos mandados expedidos, em cumprimento ao ofício circular n.º 19/2023-CGJ (<https://www.tjpa.jus.br/CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=1250552>).

**7.3. Qual a antecedência que a Secretaria envia o mandado “não urgente” para cumprimento?**

**Anotação da Unidade:** 2 meses.

**Observação da Corregedoria:** a Diretora de Secretaria informou que tem uma relação de cooperação com os oficiais de justiça e que não tem problema com relação ao cumprimento e devolução dos mandados. Informa que a maioria dos mandados que extrapolam o prazo são para cumprimento em localidades distantes da sede em que é necessária a liberação de suprimento de fundo para custear as despesas de locomoção.

**7.4. Considerando a Vara como juízo deprecante, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Foi realizada comunicação à Corregedoria? (identifique os processos)**



**Anotação da Unidade:** Sim. Quando identificamos processos com carta precatória expedida sem cumprimento há mais de 3 meses, a secretaria entra em contato com o juízo deprecado.

**Observação da Corregedoria:** Na análise do sistema PJE, verificou-se que a Unidade possui 04 (quatro) páginas de etiquetas relacionadas às cartas precatórias, inclusive etiqueta de “carta precatória” em processo cuja autuação é carta precatória. Especificamente quanto aos feitos em que o Juízo é **deprecante**, para controle mais preciso e organização, verifica-se a necessidade de que seja feita depuração nas etiquetas considerando, apenas para exemplificar, a existência de etiqueta denominada “aguardando cumprimento de carta precatória” com **03** processos ainda em tramitação vinculados e etiqueta denominada “aguardando retorno de carta precatória”, com **01** (um) processo vinculado. Por amostragem foi verificado o processo n. 0010374-36.2019.8.14.0037 (Júri - Meta 2). Nestes autos, foi expedida carta precatória no dia **13/03/2020** para a Comarca de Manaus-AM, para oitiva de duas testemunhas (id 71988406-pág.16). No dia 16/08/2021 foram solicitadas informações acerca de seu cumprimento ao juízo deprecado (id 71988418-pág.9). O processo foi migrado do sistema Libra para o PJE em 25/07/2022. **Nos dias 08/11/2022, 25/01/2023, 17/03/2023 e 08/05/2023 foram cadastradas certidões tão somente com a observação de que os autos estavam aguardando devolução de carta precatória, sem registro de cobrança ou conclusão dos autos.** Apenas em 21/06/2023 os autos foram remetidos em conclusão ao magistrado que, em 19/07/2023 determinou a renovação da expedição de ofício solicitando informações sobre a carta precatória e intimação do Ministério Público para manifestar-se sobre a insistência na oitiva de testemunhas. Em 21/02/2024 o órgão do Ministério Público manifestou interesse na oitiva das testemunhas. Conclusos em 22/02/2024. No dia 03/06/2024 proferido novo despacho determinando a reiteração do pedido de devolução da missiva e em caso de inércia, a expedição de pedido de providências junto à Corregedoria do TJAM.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

No processo em comento, verifica-se que a Secretaria da Unidade, por 04 (quatro) oportunidades entre os anos de 2022 e 2023, expediu certidões nos autos tão somente com registro de que aguardava devolução de carta precatória (expedida em 2021). Observa-se que, com tal procedimento, a Unidade retirava o processo da listagem de processos paralisados há mais de 100 dias, no entanto, o procedimento carece de configurar real impulso dos autos, o que não é recomendado.

As imagens mostram duas capturas de tela do sistema PJe. A primeira tela, à esquerda, exibe a interface de busca com o termo 'preca' e mostra 46 processos encontrados. A opção 'AGUARDANDO CUMPRIMENTO DE CARTA PRECATÓRIA' está destacada com um retângulo vermelho. A segunda tela, à direita, exibe a mesma interface com 1 processo encontrado. A opção 'AGUARDANDO RETORNO DE CARTA PRECATÓRIA' está destacada com um retângulo vermelho. Ambas as telas mostram uma lista de processos com ícones de status e opções de ação.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Juri 0010374-36.2019.8.14.0037  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ X

116697674 - Des  
Juntado por JOSE GOME:

19 Jul 2023  
51 - CONCLUSOS PARA DESPACHO

08 May 2023  
60 - EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO.  
92358710 - Certidão

17 Mar 2023  
60 - EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO.  
89042341 - Certidão

25 Jan 2023  
60 - EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO.  
85344974 - Certidão

08 Nov 2022  
60 - EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO.  
81216580 - Certidão

AUTOS: 0010374  
AÇÃO: AÇÃO F  
AUTOR: MINIS  
REU: WILLIAM

7.5. Considerando a Vara como juízo deprecado, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Caso positivo, justifique os motivos para a morosidade (identifique os processos).

**Anotação da Unidade:** Sim, 17 criminal e 62 cíveis. A demora no cumprimento se dá pelo grande fluxo de demanda na comarca e algumas cartas precatórias têm diligências para serem cumpridas na zona rural. Planilha anexa.

**Observação da Corregedoria:** De acordo com os dados do Painel de Gestão Judiciária, a Unidade possui **63** cartas precatórias cíveis e **20** cartas precatórias criminais. Dentre as cartas precatórias cíveis, foram verificadas por amostragem a **carta com autuação mais antiga** n. **0801370-68.2021.8.14.0037**, distribuída em 08/10/2021 e a **carta precatória que tem a movimentação mais antiga** de n.



**0800468-13.2024.8.14.0037.** A carta precatória n. **0801370-68.2021.8.14.0037** é oriunda de processo de execução fiscal que tramita na 2ª Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Santarém. Foi autuada em 08/10/2021, com a finalidade de penhora de bens do executado. Foi devolvida ao Juízo de origem, sem cumprimento em 24/03/2023, em razão da não comprovação de recolhimento do valor das despesas da diligência requerida. **No dia 11/06/2024** o processo foi reativado após juntada de comprovante do pagamento das despesas, que haviam sido pagos em 13/02/2023. Expedido mandado para cumprimento em **12/06/2024**. Por sua vez, a carta precatória cível n. **0800468-13.2024.8.14.0037** é oriunda da Comarca de Belo Horizonte, com finalidade de citação do executado, foi distribuída em 07/03/2024 e se encontra conclusos desde então.

Dentre as cartas precatórias criminais, o acervo ativo é composto de 20 feitos, sendo todas cartas autuadas apenas nos anos de 2023 (03 cartas) e 2024 (17 cartas). A que possui **autuação mais antiga** é a de n. **0801979-80.2023.814.0037**, autuada em 04/10/2024, expedida pelo Juízo da 1ª Vara Criminal de Lavras/MG, com a finalidade de designação de audiência de suspensão condicional do processo. Intimado o réu, a audiência foi realizada em 24/03/2024. Certidão lançada em 19/04/2024 informa o descumprimento da transação penal. Conclusos em 12/06/2024.

E a que possui **movimentação mais antiga** é a de n. **080076520.-2024.814.0037**, expedida pelo Juizado Especial Cível e Criminal Adjunto à 2ª Vara Federal da SSJ de Santarém/Pa, com a finalidade de intimar o requerido para que se manifeste sobre a proposta de transação penal oferecida pelo MPF. A carta foi autuada em 18/04/2024 e o competente mandado de intimação foi expedido em 30/04/2024, pendente de cumprimento.

**Sugere-se como recomendação que a Unidade diligencie para que as cartas precatórias sejam cumpridas no devido prazo legal.**

## **8. ROTINA DE TRABALHO NO GABINETE:**

### **8.1. Quantas audiências de instrução e julgamento estão pautadas para o presente**



mês?

**Anotação da Unidade:** 109

**Observação da Corregedoria:** Foram localizadas na Unidade 254 (duzentas e cinquenta e quatro) audiências de datas anteriores à 01/05/2024 onde ainda se encontram com o status “Designada”. Foram localizadas 288 (duzentos e oitenta e oito) audiências designadas de 13/06/2024 à 19/12/2024, não foram identificadas Júri agendados para este período na unidade. Não foram pautados Júri ainda, pois o prédio com o salão do Júri está previsto para entrega no final do mês de junho.

**8.2. As audiências estão sendo cadastradas no PJE pelo gabinete no momento da designação? Quais os tipos de audiências realizados pela unidade, conforme nomenclatura do PJE?**

**Anotação da Unidade:** O cadastro é realizado pela secretaria. São realizados os seguintes tipos de audiência: “Audiência de Conciliação”, “Audiência de Instrução e Julgamento”, “Audiência Preliminar”, “Audiência de Justificação”, “Interrogatório” “Audiência de Custódia” e “Audiência Admonitória”.

**Observação da Corregedoria:** O Magistrado informou que tem conhecimento como cadastrar as sessões do Júri.

**8.3. Para qual data está pautada a audiência mais distante?**

**Anotação da Unidade:** 21/01/2025.

**8.4. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Gabinete?**

**Anotação da Unidade:** Sim, 18 processos.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

 **Tribunal de Justiça do Estado do Pará**  
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

ORIXIMINÁ VARA ÚNICA DE ORIXIMINÁ

ACERVO	ACERVO ATIVO	PARALISADOS+100	CONCLUSOS	CONCLUSOS+100
927	927	11	232	11

ACERVO COM PRIORIDADE

PROCESSOS SUSPENSOS

CASOS NOVOS

PROCESSOS BAIXADOS

PROCESSOS META 1

PROCESSOS META 2

Paralisado entre (dias):  
1 15322

Último movimento  
Todos

Sistema  
Todos

Acervo ativo por classe e situação processual

CLASSE	EM ANDAMENTO	JULGADO	Total
Ação Penal - Procedimento Ordinário	191	24	215
Procedimento Comum	86	25	111
Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68	75	17	92
Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)	56	4	60
Cumprimento de sentença	37	20	57
Procedimento do Juizado Especial Cível	25	9	34
<b>Total</b>	<b>791</b>	<b>136</b>	<b>927</b>

Lista de processos no acervo ativo da unidade

Nº DO PROCESSO	ANO DO PROCESSO	SITUAÇÃO	SISTEMA	IDCLASSE	CLASSE
08013731820248140037	2024	EM ANDAMENTO	PJE1G	280	Auto de Prisão em Flagrante
08013714820248140037	2024	EM ANDAMENTO	PJE1G	280	Auto de Prisão em Flagrante
08013723320248140037	2024	EM ANDAMENTO	PJE1G	280	Auto de Prisão em Flagrante
08013706320248140037	2024	EM ANDAMENTO	PJE1G	280	Auto de Prisão em Flagrante

Área  
Todos

Em Gabinete (S: sim; N: não)  
Todos

Gratuidade (S: sim; N: não)  
Todos

Sigilo (S: sim; N: não)  
Todos

Juízo 100% Digital (S: sim; N: não)  
Todos

Prioridade (S: sim; N: não)  
S

Liminar/Tutela (S: sim; N: não)  
Todos

Número do processo  
Todos

**Observação da Corregedoria:** Na data da inspeção havia 11 processos com prioridade legal paralisados.

**RECOMENDA-SE** ao magistrado imprimir celeridade no saneamento e julgamento desses processos.

8.5. Qual o quantitativo de despachos, decisões e sentenças que foram estabelecidas para os 03 (três) meses seguintes a inspeção pela Corregedoria?

**Anotação da Unidade:** Quantitativos definidos conforme a dinâmica do painel de gestão judiciária.

**Observação da Corregedoria:** no plano de ação encaminhado pela Unidade, por meio do PJeCor n. 0000752-42.2024.2.00.0814 foi estabelecido o julgamento de 10 a 12 processos por dia, o que dá uma média de 759 julgamentos nos próximos três meses. O plano de ação não contempla, explicitamente, média de despachos e decisões. **RECOMENDA-SE** que o magistrado estabeleça média de decisões, despachos e sentenças a cada 90 (noventa) dias, a ser contemplado no plano de ação anual da Unidade, com revisão trimestral.



**8.6. Quando identificada possibilidade de conciliação entre as partes é designada audiência de conciliação?**

**Anotação da Unidade:** Sim.

**Observação da Corregedoria:** normalmente quem realiza as audiências de conciliação em regra é o servidor Rui Guilherme dos Passos Alvarenga, que fez curso de conciliação.

**8.7. É solicitada designação de conciliador ou indicado CEJUSC para atuar junto à unidade em busca de conciliação?**

**Anotação da Unidade:** Não há CEJUSC atuante na unidade. Há, contudo, dois servidores na unidade que possuem capacitação e realizam as audiências de conciliação.

**Observação da Corregedoria:** A Diretora de Secretaria informou que ela e o servidor Rui Guilherme dos Passos Alvarenga são quem realizam audiências de conciliação e que ambos fizeram treinamento.

**8.8. Foram identificados despachos/decisões com a data de audiência em branco? (Análise de processos por amostragem).**

**Anotação da Unidade:** Não.

**Observação da Corregedoria:** Foram verificados os seguintes processos:

**0800435-23.2024.8.14.0037** - Designada audiência de instrução e julgamento para 5/9/2024 com despacho lançado nos autos;

**0800361-37.2022.8.14.0037** - decisão nos autos designando audiência de instrução e julgamento para 7/11/2024;

**0800789-48.2024.8.14.0037** - decisão nos autos designando audiência de instrução e julgamento para 10/10/2024;

**0002904-85.2018.8.14.0037** - decisão nos autos designando audiência de instrução e julgamento para 17/10/2024;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**0800597-18.2024.8.14.0037** - decisão nos autos designando audiência de instrução e julgamento para 23/9/2024;

Observou-se que em todos os processos acima, houve despacho do magistrado designando audiência.

**8.9. Foram designadas audiências com período superior a seis meses entre a data do ato judicial de designação e a data marcada para realização?** (*Análise de processos por amostragem*).

**Anotação da Unidade:** Sim, diante da indisponibilidade de pauta e grande quantidade de audiências na unidade.

**8.10. Quantos processos foram baixados no mês anterior à inspeção?**

**Anotação da Unidade:** 379



**Observação da Corregedoria:** O Painel do Programa de Incremento de Baixas aponta que no mês de maio foram baixados **379** processos no mês de maio/2024 e a porcentagem atual de cumprimento da meta de baixas da Unidade se encontra em **142,54%**. O Painel de gestão judiciária informa que a Unidade possui **500** processos



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

julgados e não baixados.

**Tribunal de Justiça do Estado do Pará**  
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU  
AMBIENTE DE RELATÓRIOS

ORDXIMINÁ VARA ÚNICA DE ORDXIMINÁ

**JULGADOS E NÃO BAIXADOS**  
500

Resumo de processos julgados e não baixados

CLASSE	JULGADOS E NÃO BAIXADOS
Ação Penal - Procedimento Ordinário	97
Procedimento Comum	96
Procedimento do Juizado Especial Cível	81
Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)	58
Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68	25
DIVÓRCIO LITIGIOSO	13
<b>Total</b>	<b>500</b>

Lista de processos julgados e não baixados

Nº PROCESSO	CÓD. CLASSE	DESISTEMA	CLASSE	ASSUNTO
00000167620008140037	1116	PJE1G	EXECUÇÃO FISCAL	6017 - Dívida Ativa
00000257219998140037	172	PJE1G	EMBARGOS À EXECUÇÃO	9582 - Alienação Fiduciária
00000400220038140037	7	PJE1G	Procedimento Comum	10540 - Competência Tributária
00000404119998140037	172	PJE1G	EMBARGOS À EXECUÇÃO	NÃO INFORMADO
00000632119988140037	7	PJE1G	Procedimento Comum	NÃO INFORMADO
00000788719988140037	1116	PJE1G	EXECUÇÃO FISCAL	6017 - Dívida Ativa
00001056520018140037	172	PJE1G	EMBARGOS À EXECUÇÃO	NÃO INFORMADO
00001065020018140037	172	PJE1G	EMBARGOS À EXECUÇÃO	NÃO INFORMADO

**JULGADOS E NÃO BAIXADOS**

Número do processo  
Todos

Gratuidade (S: sim; N: não)  
Todos

Sigilo (S: sim; N: não)  
Todos

Juizo 100% Digital (S: sim; N: não)  
Todos

Prioridade (S: sim; N: em branco)  
Todos

**8.11. Quantas crianças e adolescentes encontram-se em acolhimento? Há crianças acolhidas há mais de 18 meses?**

**Anotação da Unidade:** 8 crianças. Não há crianças acolhidas há mais de 18 meses.

**Observação da Corregedoria:** verificou-se pela Lista de SNA que há sete crianças acolhidas com duas crianças com prazo extrapolado. Foi esclarecido pela Unidade que as duas crianças não estão mais acolhidas. Trata-se de processo com declínio de competência e que precisam ser atualizados no SNA. Durante a inspeção o magistrado foi **ORIENTADO** a sanear a lista.

**8.12. Constam crianças/adolescentes com pendências para solução imediata no SNA (Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento)? Identifique os processos.**

**Anotação da Unidade:** Atualmente existem dois menores em processo de adoção com prazo extrapolado de 240 dias no SNA. Porém, os autos foram declinados em 20.05.2024 a esta comarca. Saliento que já foram feitas as anotações das ocorrências



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

conforme decisão lançada nos autos. Processo 0801795-74.2022.8.14.0065 (Destituição do Poder Familiar) e 0801662-95.2023.8.14.0065 (Adoção).

### 8.13. Quantos processos de destituição do poder familiar tramitam na unidade há mais de 120 dias? Identifique os processos.

**Anotação da Unidade:** Não há.

**Observação da Corregedoria:** Na análise a partir do Painel de gestão judiciária, constam em andamento 08 (oito) processos de adoção c/c com destituição do poder familiar. **RECOMENDA-SE** adoção de providências imediatas pela Unidade para julgamento dos processos no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

№ DO PROCESSO	ANQ	SITUAÇÃO	SISTEM	IDCLAS	CLASSE	ASSUNTO	DATA DO EVENTO	DATA DA DISTRIBU	CÓD. Ú	ÚLTIMO MOVIMENTO
00031516620188140037	2018	EM ANDAMENTO	PJE1G	1412	Adoção c/c Destituição do Poder Familiar	9974 - Adoção de Criança	23/05/2024 16:48	03/04/2018	51	Conclusão
00047934020198140037	2019	EM ANDAMENTO	PJE1G	1412	Adoção c/c Destituição do Poder Familiar	9974 - Adoção de Criança	04/03/2024 13:06	26/06/2019	51	Conclusão
00032483220198140037	2019	EM ANDAMENTO	PJE1G	1412	Adoção c/c Destituição do Poder Familiar	9974 - Adoção de Criança	04/06/2024 15:00	26/04/2019	1051	Decurso de Prazo
08012060620218140037	2021	EM ANDAMENTO	PJE1G	1412	Adoção c/c Destituição do Poder Familiar	9973 - Adoção Nacional	15/04/2024 11:02	12/09/2021	60	Expedição de document
08012719820218140037	2021	EM ANDAMENTO	PJE1G	1412	Adoção c/c Destituição do Poder Familiar	9974 - Adoção de Criança	18/04/2024 15:03	23/09/2021	85	Petição
08000074620218140037	2021	EM ANDAMENTO	PJE1G	1412	Adoção c/c Destituição do Poder Familiar	9973 - Adoção Nacional	11/06/2024 09:48	06/01/2021	581	Documento
08011503620228140037	2022	EM ANDAMENTO	PJE1G	1412	Adoção c/c Destituição do Poder Familiar	9974 - Adoção de Criança	08/05/2024 09:36	26/07/2022	581	Documento
08001047520238140037	2023	EM ANDAMENTO	PJE1G	1412	Adoção c/c Destituição do Poder Familiar	9973 - Adoção Nacional   9974 - Adc	08/03/2024 13:03	23/01/2023	51	Conclusão

**Ressalta-se** que os processos de destituição possuem prazo de **120 dias para conclusão**, nos termos do **Art. 163, do ECA**, devendo o magistrado atuar nesses processos com prioridade absoluta a fim de que não extrapolem o prazo legal.

### 8.14. Quantos processos de adoção tramitam na unidade há mais de 240 dias? Identifique os processos.

**Anotação da Unidade:** 0003151-66.2018.8.14.0037, 0003248-32.2019.8.14.0037, 0004793-40.2019.8.14.0037 e 0801662-95.2023.8.14.0065

**Observação da Corregedoria:** No que se refere aos processos de adoção, o Painel de Gestão Judiciária informa que há 14 (quatorze) feitos em tramitação.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Filtros aplicados: SIGLAWARIAVEL e A\_ATIVOMespass\*\* e ODEUNIDADE e VARA ÚNICA DE OXIRIMINÁDECOMARCA não é TRIBUNAL DE JUSTIÇA ou TURMA RECURSALDEUNIDADE não contém '8ª VARA DE FAMÍLIA' e não contém '5ª VARA DO JUIZADO ESPI

Nº DO PROCESSO	ANC	SITUAÇÃO	SISTEN	IDCLAS	CLASSE	ASSUNTO	DATA DO EVENTO	DATA DA DISTRIB.	CÓD. Ú	ÚLTIMO MOVIMENTO	GA
08016629520238140065	2023	EM ANDAMENTO	PIE1G	1401	ADOÇÃO	9973 - Adoção Nacional	12/06/2024 09:21	20/05/2024	581	Documento	N
08017087120238140037	2023	EM ANDAMENTO	PIE1G	1401	ADOÇÃO	9973 - Adoção Nacional	22/05/2024 11:36	28/08/2023	581	Documento	N
08020290920238140037	2023	EM ANDAMENTO	PIE1G	1401	ADOÇÃO	9973 - Adoção Nacional	24/04/2024 22:25	11/10/2023	892	Liminar	N
08002707320248140037	2024	EM ANDAMENTO	PIE1G	1401	ADOÇÃO	9973 - Adoção Nacional   997	19/04/2024 11:11	12/02/2024	60	Expedição de documento	N
08023764220238140037	2023	EM ANDAMENTO	PIE1G	1401	ADOÇÃO	9974 - Adoção de Criança	11/06/2024 08:28	20/11/2023	1051	Decurso de Prazo	N
00109104720198140037	2019	EM ANDAMENTO	PIE1G	1401	ADOÇÃO	NÃO INFORMADO	23/04/2024 13:44	28/11/2019	581	Documento	N
08000074620218140037	2021	EM ANDAMENTO	PIE1G	1412	Adoção c/c Destituição do Poder Familiar	9973 - Adoção Nacional	11/06/2024 09:48	06/01/2021	581	Documento	N
08012060620218140037	2021	EM ANDAMENTO	PIE1G	1412	Adoção c/c Destituição do Poder Familiar	9973 - Adoção Nacional	15/04/2024 11:02	12/09/2021	60	Expedição de documento	N
08001047520238140037	2023	EM ANDAMENTO	PIE1G	1412	Adoção c/c Destituição do Poder Familiar	9973 - Adoção Nacional   997	08/03/2024 13:03	23/01/2023	51	Conclusão	S
00031516620188140037	2018	EM ANDAMENTO	PIE1G	1412	Adoção c/c Destituição do Poder Familiar	9974 - Adoção de Criança	23/03/2024 16:48	03/04/2018	51	Conclusão	S
00032483220198140037	2019	EM ANDAMENTO	PIE1G	1412	Adoção c/c Destituição do Poder Familiar	9974 - Adoção de Criança	04/06/2024 15:00	26/04/2019	1051	Decurso de Prazo	N
00047934020198140037	2019	EM ANDAMENTO	PIE1G	1412	Adoção c/c Destituição do Poder Familiar	9974 - Adoção de Criança	04/03/2024 13:06	26/04/2019	51	Conclusão	S
08012719820218140037	2021	EM ANDAMENTO	PIE1G	1412	Adoção c/c Destituição do Poder Familiar	9974 - Adoção de Criança	18/04/2024 15:03	23/09/2021	85	Petição	N
08011503620228140037	2022	EM ANDAMENTO	PIE1G	1412	Adoção c/c Destituição do Poder Familiar	9974 - Adoção de Criança	08/05/2024 09:36	26/07/2022	581	Documento	N
08006595820248140037	2024	EM ANDAMENTO	PIE1G	10933	Habilitação para Adoção	9973 - Adoção Nacional	04/06/2024 10:49	26/03/2024	51	Conclusão	S

**RECOMENDA-SE** ao Gabinete e Secretaria **prioridade máxima** na tramitação dos processos de adoção com prazo extrapolado, impulsionando o feito para julgamento no **prazo de 30 dias**.

Ressalta-se que os processos de adoção possuem prazo de **240 dias para conclusão**, nos termos do **Art. 47, §10, do ECA**, devendo o magistrado atuar nesses processos com prioridade absoluta a fim de que não extrapolem o prazo legal.

**8.15. Qual a data da última comunicação expedida à CEJAI para colocar a criança à disposição de adoção internacional? Após o retorno da CEJAI com que frequência é realizada a Busca Ativa no SNA?**

**Anotação da Unidade:** Nunca foi necessária a comunicação, nem a busca ativa no SNA. Os processos de adoção da unidade referem-se a adoção a brasileira ou adoção personalíssima.

**Observação da Corregedoria:** **RECOMENDA-SE** ao magistrado da unidade que, esgotadas as buscas de pretendentes nos âmbitos municipal, estadual e nacional, antes de realizar a busca ativa no SNA, seja expedida comunicação à CEJAI para busca de pretendentes internacionais. **Resolução 289 do CNJ (ANEXO I - Art. 8º)**.

**8.16. Quantos adolescentes estão internados provisoriamente? Há algum com prazo superior a 45 dias? Como é feito o controle dos adolescentes que estão em cumprimento de internação provisória? Anexar listagem/planilha.**

**Anotação da Unidade:** Não há adolescentes internados provisoriamente.

**Observação da Corregedoria:** a Diretora de Secretaria informou que entra em



contato com a FASEP, responsável pela regulação de vagas no Estado e eles que direcionam para aonde o adolescente será encaminhado. Normalmente são encaminhados para Santarém, Belém e Ananindeua. Relata que salvo engano, o espaço de Santarém foi interditado.

**8.17. Como é feito o acompanhamento de processos paralisados para evitar que entrem nos 100 (cem) dias sem movimentação? É utilizada a listagem do Painel de Gestão Judiciária?**

**Anotação da Unidade:** Diariamente é extraída a planilha do Painel de Gestão Judiciária e designado servidor para atuar nos processos paralisados com o fito de evitar que os processos fiquem mais de cem dias sem movimentação.

**Observação da Corregedoria:** O Assessor baixa a planilha organiza até 70 dias e minuta por assunto. Os processos cíveis são divididos entre o analista que está em teletrabalho. E os processos criminais ficam com o assessor.

**8.18. Indicar as datas marcadas para projeto de conciliação da própria unidade judicial, independente das Semanas Estadual e Nacional de Conciliação.**

**Anotação da Unidade:** No primeiro semestre foi realizada semana de conciliação entre os dias 27/05/2024 e 10/06/2024. No segundo semestre ainda não foi definida semana específica, entretanto os dois conciliadores atuam diariamente na realização de audiências de conciliação nos turnos da manhã e tarde.

**8.19. Informar critérios utilizados para a seleção de processos para conciliação e mediação.**

**Anotação da Unidade:** Prioriza-se processos que tramitem pelo rito da Lei 9099/95, bem como que versem sobre direito de família, principalmente ações de alimentos e guarda, tendo em vista o alcance de êxito maior nas conciliações realizadas. Verificando-se outros procedimentos com potencial possibilidade de acordo ou que



as próprias partes requeiram a realização, a audiência é marcada.

## CRIMINAL

### 9. ROTINA CRIMINAL

#### **9.1. Sobre o fluxo processual assinala as etapas que são operacionalizadas:**

- a. (x) Fluxo processual: triagem, conferência e correção do cadastro de classes e assuntos processuais;
- b. (x) Análise, controle e tempo médio para análise dos processos vindos do gabinete;
- c. (x) Movimentação processual;
- d. (x)Elaboração de minutas e revisão dos atos de secretaria;
- e. (x)Gestão de rotinas e da equipe, controle estatístico e produtividade da equipe;
- f. (x) controle dos prazos e imediata certificação;
- h. (x) Retificação de autuação no sistema PJE após recebimento da denúncia
- i. (x) Registro dos dados de prisão e soltura dos(as) réus(rés) e atualização das informações constantes da aba “*Informações Criminais*”

**Observação da Corregedoria:** Durante a inspeção foi verificado, por amostragem, o cumprimento de alguns dos fluxos, conforme item 6.4 do relatório

**9.2. Há fluxo de trabalho para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo? (Diretriz Estratégica n. 4 – Desenvolver e regulamentar fluxos de trabalho, pelos juízes criminais, para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo Penal, comunicando-se à Corregedoria local)**



**Anotação da Unidade:** Não possui

**Observação da Corregedoria:** RECOMENDA-SE que o magistrado elabore **fluxo de trabalho** para manter controle sobre os procedimentos iniciados pelo Ministério Público.

**9.3. Como é organizado o atendimento ao público? Quais são os meios utilizados? A Unidade realiza atendimentos através da ferramenta “Balcão Virtual”?** (Resolução n. 372/2021-CNJ, de 12/02/2021 e Portaria n. 1724/2021-GP, de 18/05/2021)

**Anotação da Unidade:** De forma presencial e virtual. Os meios são celular da vara, através de ligações e WhatsApp, e-mail e Teams. A unidade realiza atendimento através do balcão virtual.

**Observação da Corregedoria:** A Unidade foi acionada pela Corregedoria através do Balcão Virtual no dia 17/06/2024, às 11:14h e o atendimento foi satisfatório.

Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Bem vindo(a) ao nosso canal de atendimento on-line.

Você está em: Vara Única da Comarca de Oriximiná

Nosso horário de atendimento é de segunda-feira, terça-feira, quarta-feira, quinta-feira, sexta-feira, das 08:00 às 14:00

Vamos lá!

Por favor, aguarde para ser atendido!

Ok! Você já está na fila de atendimento

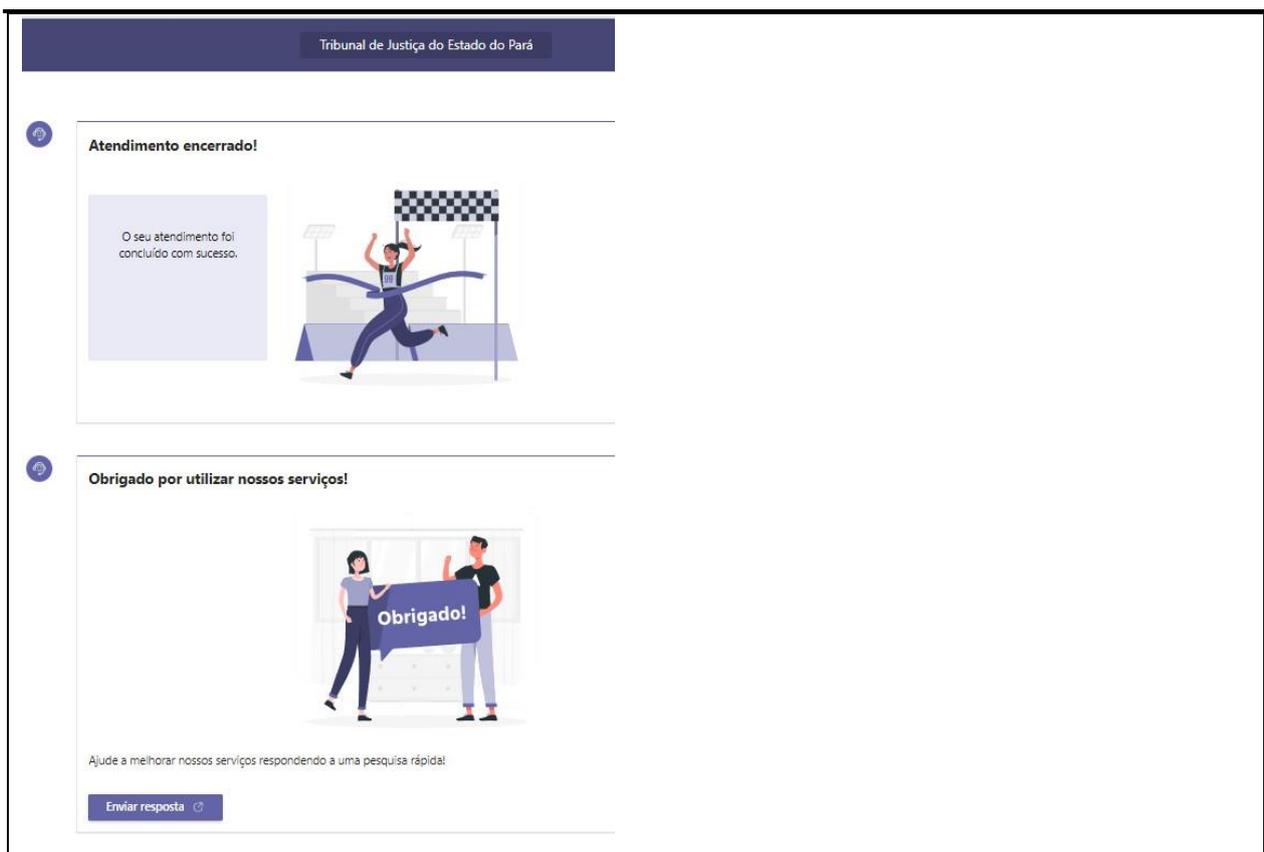
2  
Sua posição  
Protocolo: #571883

2  
Próxima fila

11:14  
17/06/2024



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



**9.4. Quantos processos envolvendo presos(as) provisórios(as) se encontram tramitando na Unidade? De que forma são sinalizados e controlados todos os processos nos quais há ré(u) presa(o) provisória(o)?** *(Deve a Unidade anexar relatório e/ou controle em arquivo word ou excel contendo todos os processos que envolvam réus presos provisórios, com dados de nome do réu, número do processo, capitulação penal, registro INFOPEN/BNMP, data da prisão, estabelecimento de custódia e data da última revisão da necessidade da prisão, conforme dispõe o artigo 316 do CPP)*

**Anotação da Unidade:** Há **143** processos. Sendo que de 140, 31 processos estão com audiência de instrução designada. Há 56 processos julgados, sendo 23 processos com vistas as partes e 32 processos em grau de recurso. Através de planilha interna.

**Observação da Corregedoria:** A listagem de controle de presos provisórios encaminhada pela Unidade previamente aos trabalhos de inspeção contém **139** processos, envolvendo **134** réus, a partir dos dados de número do processo, nome do réu, capitulação penal, data da prisão, quantitativo de dias de prisão, situação dos



autos, local de custódia, última atualização processual e quem patrocina a defesa do réu. Da relação encaminhada, em **42 processos** consta informação de que já foi proferida sentença, a maioria com recurso interposto, portanto, havendo de fato **97** processos envolvendo réus presos provisórios sem sentença na Comarca de Oriximiná na data da inspeção.

No que se refere ao sistema PJE foram identificadas **29 páginas de etiquetas** contendo a palavra “preso”, inclusive etiqueta “RÉU PRESO” (caixa alta com acento-02 processos vinculados). Verifica-se uma necessidade urgente de que seja feita depuração nas etiquetas da Unidade.

Sugere-se como Recomendação que a o Magistrado cumpra a **RECOMENDAÇÃO CONJUNTA N.º 5/2018-CJRMB/CJCI, DE 01 DE OUTUBRO DE 2018** para que haja celeridade no trâmite de processos com réus presos provisórios.

**9.5. Há processos envolvendo presos(as) provisórios(as) tramitando há mais de 180 (cento e oitenta) dias?** *(Resolução n. 66/2009-CNJ - Cria mecanismo de controle estatístico e disciplina o acompanhamento, pelos juízes e Tribunais, dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão). É realizada a revisão da manutenção de prisão cautelar da(o)s ré(u)s presa(o)s provisória(o)s a cada 90 (noventa) dias?* *(artigo 316, parágrafo único do Código de Processo Penal)*

**Anotação da Unidade:** Sim. A revisão é realizada na audiência de custódia, no recebimento da denúncia e na sentença.

**Observação da Corregedoria:** Há **40 processos** em tramitação há mais de 180 dias. Verificação de 04 processos por amostragem, com critério processos em que os réus possuem data de prisão mais antiga.

**Primeira amostragem.** Processo com data de prisão mais antiga (01/09/2020-réu preso há 1.384 dias), trata-se de ação penal n. 0003922-73.2020.8.14.0037 para apuração de crime de feminicídio. Sentença de pronúncia proferida, recurso interposto pela Defesa do réu. Decisão em instancia superior conheceu e desproveu



o recurso e após o trânsito em julgado, retorno ao Juízo de origem em **17/04/2024**. Pedido de revogação de prisão preventiva protocolado em 08/05/2024. Remessa ao MP e fase do artigo 422 do CPP. Rol de testemunhas de Defesa protocolada em 27/05/2024. Manifestação do Ministério Público quanto ao pedido de revogação de prisão juntado aos autos em **28/05/2024**. **Embora na planilha de réus presos encaminhada conste que o feito se encontra conclusos, se encontra pendente de conclusão para designação de Sessão de Júri e apreciação de pedido de revogação de prisão. O Magistrado foi orientado que tão logo esteja pronto o processo seja feita a conclusão. O magistrado reportou que as sessões de júri estavam sendo feitas na câmara Municipal. Informou que o prédio do fórum está sendo concluído, e terá salão do Júri.**

**Segunda amostragem.** Processo n. 0800504-26.2022.8.14.0037 (réu preso em 20/05/2022 – 758 dias de prisão cautelar). Trata-se de ação penal instaurada para apuração de crime de estupro de vulnerável, conclusos para sentença desde 02/04/2024. Foi reportado esse fato ao Magistrado durante a inspeção.

**Terceira amostragem:** Processo n. 0801163-98.2023.8.14.0037 (réu preso em 03/07/2023- 349 dias – ação penal crime de estupro de vulnerável majorado) – na planilha de controle de réus presos encaminhada pela Unidade consta que o feito se encontra aguardando envio de laudo pericial realizado em 25/01/2024. Incidente de Insanidade Mental instaurado em 18/08/2023. Na análise do processo no sistema PJE verifica-se que no dia 08/04/2024 foi realizada a juntada do laudo de sanidade mental do réu aos autos, com a conclusão de o réu em virtude de doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era completamente incapaz de entender o caráter ilícito do fato que cometeu. Em despacho proferido em **16/04/2024** o Juízo determinou a manifestação do MP quanto ao teor do laudo e de pedido de revogação de preventiva. Em petição juntada em **25/04/2024** o Promotor de Justiça Carlos Fernando Cruz da Silva tão somente se manifesta pela homologação do laudo e prosseguimento do feito. Processo paralisado desde então. Foi reportado



o fato ao Magistrado.

**Quarta amostragem.** Processo n. 0801306-87.2023.8.14.0037. Réu preso em 18/07/2023 (334 dias). Tentativa de homicídio simples. Sentença de pronúncia proferida oralmente em audiência no dia **19/01/2024**. Trânsito em julgado da sentença de pronúncia para Acusação e Defesa – certidão em 22/02/2024. Conclusos desde então. O Magistrado reportou que precisa pautar a sessão do Júri, e que já está ciente.

Sugere-se como Recomendação que a o Magistrado cumpra a **RECOMENDAÇÃO CONJUNTA N.º 5/2018-CJRMB/CJCI, DE 01 DE OUTUBRO DE 2018** para que haja celeridade no trâmite de processos com réus presos provisórios.

**9.6. Qual a média de tramitação dos processos envolvendo ré(u)s presa(o)s provisória(o)s entre a data da prisão e o julgamento?** *(Diretriz Estratégica n. 13/2023 do Conselho Nacional de Justiça – Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, relatório analítico dos processos de presos provisórios pendentes de julgamento, apontando o tempo médio de tramitação, bem como daqueles julgados no 1º semestre de 2022, apontando o tempo médio entra a data da prisão e o julgamento)*

**Anotação da Unidade:** Em média de 120 a 160 dias.

**Observação da Corregedoria:** Apenas pela análise da listagem de réus presos provisórios da Unidade conclui-se que os processos que envolvem réus presos provisórios estão com média de tramitação superior a 180 dias, conforme se observa do item 9.5 em que são analisados processos por amostragem e que há 40 (quarenta) processos há mais de 180 dias.

**9.7. Quais são os estabelecimentos penais sob responsabilidade do Juízo? O(A) Magistrado (a) tem realizado inspeções mensais e inserido o respectivo relatório sobre as condições do estabelecimento no Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP?** *(Anexar cópia do último relatório)*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**Anotação da Unidade:** Carceragem de Polícia Civil. As inspeções são realizadas mensalmente. Os presos são transferidos para as casas penais de Santarém.

DE JUSTIÇA

Principal Cadastrar Retificar Pesquisar Relatórios Contato Manual | Sair

**LISTAGEM DE INSPEÇÃO**

**Esfera:** Estadual  
**Tribunal de Justiça:** Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
**Estadual:**  
**1º Grau - Justiça:** 1º Grau - TJPA  
**Estadual:**  
**Comarca:** ORIXIMINA  
**Situação:** ATIVO  
**Estabelecimento Penal:** :SELECIONE:  
**Ano:** 2024  
**Mês:** :TODOS(AS):  
**Condições Estab.:** :TODOS(AS):  
**Considerações:**   
**Providências:**

Pesquisar

Mês / Ano	Responsável	Orgão	Estabelecimento	Recibo
Junho/2024	USU60422D77B96F9	ORIXIMINA	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE ORIXIMINÁ	Imprimir
Maior/2024	USU60422D77B96F9	ORIXIMINA	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE ORIXIMINÁ	Imprimir
Abril/2024	USU60422D77B96F9	ORIXIMINA	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE ORIXIMINÁ	Imprimir
Março/2024	USU60422D77B96F9	ORIXIMINA	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE ORIXIMINÁ	Imprimir
Fevereiro/2024	USU60422D77B96F9	ORIXIMINA	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE ORIXIMINÁ	Imprimir
Janeiro/2024	USU60422D77B96F9	ORIXIMINA	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE ORIXIMINÁ	Imprimir

Número de registros: 6

Página 1 de 1

**Observação da Corregedoria:** De acordo com os dados registrados no CNIEP, no ano de 2023 foram realizadas inspeções carcerárias em todos os meses e no ano corrente as inspeções na Delegacia de Polícia Civil de Oriximiná se encontram atualizadas, tendo sido a mais recente realizada em 04/06/2024. O magistrado comparece uma semana por mês no fórum da Comarca, por estar autorizado a trabalho remoto, por estar ameaçado e com escolta pela Comissão de Segurança do TJ/PA, período no qual realiza inspeção mensal.

## 10. DO BANCO NACIONAL DE MEDIDAS PENAIIS E PRISÕES – BNMP:

**10.1. De que forma Unidade alimenta e controla os dados registrados no BNMP nos termos da Resolução n. 417/2021 do Conselho Nacional de Justiça? A Unidade observa e realiza diligente e eficiente verificação do sistema para sanar eventuais inconsistências de informações e cadastros de mandado de prisão e alvará de soltura da(o)s ré(u)s, inclusive com verificação se a(o) ré(u) possui RJI (Registro Judicial Individual)? – (Resolução n. 417/2021-CNJ - Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências).**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**Anotação da Unidade:** Atualmente o BNMP está sanado.

**CNJ** CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA  
Orgão Logado: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Página Inicial | Pessoas | Peças | Relatórios | Dashboard | Alertas

### Dados Gerais - Pessoa por Status

Filtrar

Data Inicial:  Data Final:

Orgão: **VABA UNICA DE ORIXIMINA**  Buscar Órgãos Vinculados Sexo:

Tipo de Peça:  Status:

<b>0 Internados</b>	<b>178 Presos</b>	<b>Outros Status:</b>
0 Internado Provisório	<b>96 Preso Provisório</b>	59 Procurado
0 Internado Execução Provisória	0 Preso Civil	3 Foragido
0 Internado Execução Definitiva	47 Preso Condenado em Execução Provisória	5 Morto
	35 Preso Condenado em Execução Definitiva	<b>300 Em liberdade</b>

Resultado da pesquisa

**CNJ** CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA  
Orgão Logado: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Página Inicial | Pessoas | Peças | Relatórios | Dashboard | Alertas

### Dados Gerais - Pessoa por Status

Filtrar

Data Inicial:  Data Final:

Orgão: **ORIXIMINA**  Buscar Órgãos Vinculados Sexo:

Tipo de Peça:  Status:

<b>0 Internados</b>	<b>0 Presos</b>	<b>Outros Status:</b>
0 Internado Provisório	0 Preso Provisório	<b>30 Procurado</b>
0 Internado Execução Provisória	0 Preso Civil	0 Foragido
0 Internado Execução Definitiva	0 Preso Condenado em Execução Provisória	0 Morto
	0 Preso Condenado em Execução Definitiva	<b>71 Em liberdade</b>

Resultado da pesquisa



ETIQUETAS

preso

REU GENIVALDO PRESO EM 13-01-2023

REU JEFERSON PRESO POR OUTRO PROCESSO

REU JORGE RITA - PRESO POR OUTRO PROCESSO

**REU PRESO**

REU PRESO

REU PRESO

REU PRESO

REU PRESO

REU PRESO

Nenhum processo etiquetado.

**Observação da Corregedoria:** Observou-se que a Unidade tem dois perfis no BNMP: **Vara Única de Oriximiná e Oriximiná**. No perfil **Oriximiná**, a Unidade ostenta **30** pessoas procurados e **71** pessoas em liberdade. É necessário fazer a migração das peças que estão no perfil Oriximiná para o perfil Vara Única de Oriximiná. Os procedimentos necessários para fazer a migração estão no material de apoio do BNMP nas Jornadas Nacionais de Qualificação do BNMP 2.0, página 16, repassado à Diretora de Secretaria por meio do Microsoft Teams.

Também se observou que realizando a busca de etiquetas no PJe por meio da palavra preso, foram encontradas inúmeras etiquetas e dentre estas, a etiqueta RÉU PRESO, não consta presos, conforme print de tela acima. **RECOMENDA-SE** a Unidade que faça a compatibilidade do número de presos tanto no BNMP quanto no PJe e planilha de controle de presos da Unidade de modo a refletir a realidade de presos da Unidade. O perfil Oriximiná pode ser requerido à Corregedoria-Geral de Justiça, caso o servidor não tenha mais acesso, para poder fazer a migração das peças. Após, deve



ser solicitada a desativação do perfil Oriximiná.

**10.2. Considerando a Resolução n. 113/2010 do CNJ, há expedição da guia de recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias nos processos em que proferida sentença condenatória?** *(Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança e dá outras providências)*

**Anotação da Unidade:** Sim

**Observação da Corregedoria I:** verificado os seguintes processos por amostragem:  
**0003171-23.2019.8.14.0037** - Sentença condenatória em 23/6/2023. Pena de 6 (SEIS) ANOS E 4 (QUATRO) MESES de RECLUSÃO, e 13 (TREZE) dias-multa em regime semiaberto. Guia expedida em 23/2/2024.

**0802404-44.2022.8.14.0037** - Sentença condenatória em 8/2/2024. Pena DEFINITIVA em 10 (DEZ) ANOS, 10 (DEZ) MESES E 20 (VINTE) DIAS DE RECLUSÃO, em regime fechado, com direito de recorrer em liberdade. Guia não expedida em razão do réu não estar preso.

**0005413-28.2014.814.0037** – Processo aguardando digitalização, mas arquivado definitivamente.

**Observação da Corregedoria II:** Deve o magistrado **DILIGENCIAR** no processo n.º **0005413-28.2014.814.0037** a fim de verificar sua regular tramitação e se é caso de arquivamento, de fato.

**10.3. O cumprimento dos alvarás de soltura ou do mandado de desinternação observa o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas previsto no artigo 6º da Resolução n. 417/2021-CNJ?** *(Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências)*

**Anotação da Unidade:** Sim

**10.4. Ao expedir o alvará de soltura ou mandado de desinternação, a Unidade**



realiza consulta ao sistema nacional ou de informação criminal se o(a) acusado(a) foi preso(a) em flagrante por outro delito ou se há em seu desfavor mandados de prisão por outro crime? Qual o tempo médio para verificação?

**Anotação da Unidade:** Em regra sim.

10.5. Constatada a falta de cumprimento do alvará de soltura, na forma e prazo legal, o(a) juiz(iza) comunica a irregularidade à Corregedoria-Geral de Justiça ou a do Juízo deprecado, bem como ao Ministério Público?

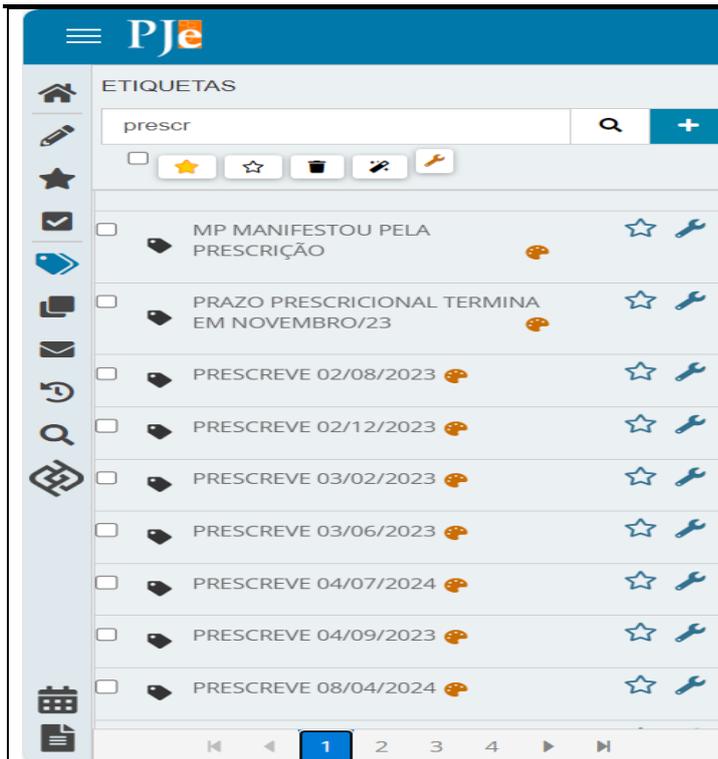
**Anotação da Unidade:** Não houve descumprimento e havendo se fará as devidas comunicações.

## **11. DO CONTROLE DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS:**

11.1. Qual a data da última verificação do prazo prescricional dos processos em tramitação na Unidade de forma a observar a Resolução n. 112/2010-CNJ? *(Resolução 112/2010-CNJ- institui mecanismo para controle dos prazos de prescrição nos tribunais e juízos dotados de competência criminal)*

**Anotação da Unidade:** maio de 2024.

**Observação da Corregedoria:** A Diretora de Secretaria informou que fazem o controle pela listagem gerada diariamente pelo painel de gestão judiciária, tanto a Secretaria quanto o gabinete, mas não conseguiu detalhar como é feito esse controle.



Observou-se haver várias etiquetas de prescrição com prazos vencidos, o que demonstra que não há um efetivo controle tanto pela Secretaria quanto pelo Gabinete. **A ORIENTAÇÃO da Corregedoria** é que seja feito o controle por **etiquetas de ano e mês no PJE** para que se tenha o efetivo controle do prazo prescricional, com o objetivo de evitar a prescrição e não para deixar o processo aguardando a prescrição.

**11.2. Qual a data da última verificação dos processos que se encontram suspensos com fundamento no artigo 366 do Código de Processo Penal para cumprimento do procedimento determinado pelo Provimento n. 15/2009-CJRMB?** *(Provimento n. 15/2009-CJRMB – dispõe acerca dos procedimentos a serem adotados pelas Varas Criminais nos casos de processos suspensos com base no artigo 366 do Código de Processo Penal)*

**Anotação da Unidade:** Há cada dois meses é verificada a lista/tarefas dos processos correspondentes.

**Observação da Corregedoria:** De acordo com o Painel de Gestão Judiciária, a Unidade conta com **331** processos suspensos. Deste total, 146 são feitos criminais.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Verificação por amostragem. Processo n. 000016737-2003.814.0037 (ação penal – crime de estupro), feito com autuação mais antiga na condição de suspenso. O processo e o curso do prazo prescricional foram suspensos em decisão proferida dia 07/04/2014. Despacho em 01/10/2018 determinou a remessa dos autos ao MP para informar possível localização do réu. Em 26/11/2018, o MP informa endereço. Em 25/06/2019 mandado de citação devolvido sem êxito. Em 19/09/2019 MP peticiona informando endereço. Mandado expedido, sem êxito para citação do réu. Decisão interlocutória proferida em **21/09/2022** (Dr. Wallace Carneiro) mantem a suspensão do feito e do prazo prescricional e determina que a Secretaria, anualmente, encaminhe os autos ao MP para tentativa de localização do réu. Autos encaminhados ao MP em 24/05/2024. Manifestação do MP juntada aos autos em 14/06/2024 requerendo a citação por edital e a suspensão do curso do processo e do prazo prescricional, mesmo a citação editalícia já tendo sido realizada e a decisão de suspensão do prazo prescricional proferida em 07/04/2014. Pendente de conclusão.

Ante o exposto, reitera os pedidos formulados no sentido de requerer a expedição de decisão judicial para determinar a citação por edital dos acusados e, caso não compareça aos autos nem constitua advogado, seja determinada a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional com a expedição de mandado de prisão preventiva fundada no especial risco à ordem pública e à aplicação da lei penal, acompanhado de seu regular cadastramento no Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP), em conjunto com a determinação para produção antecipada da prova testemunhal.

Oriximiná, 14 de junho de 2024.

Carlos Fernando Cruz da Silva  
Promotor de Justiça

Processo n. 000282582-2013.814.0037 (ação penal de competência do júri) – processo suspenso com movimentação mais antiga. No dia 24/02/2015 foi proferida decisão suspendendo o curso do processo e do prazo prescricional. O último registro no feito é petição protocolada no dia 14/06/2024 pelo Ministério Público, idêntica à do primeiro feito verificado por amostragem, na qual requer a suspensão do processo e



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

do curso do prazo prescricional muito embora já tenha sido proferida decisão em 24/02/2015 nestes termos.

## **12. EXECUÇÃO PENAL:**

*(O questionário do item execução penal deve ser preenchido quando se tratar de Unidade judicial com competência para execução em quaisquer dos regimes de cumprimento).*

### **12.1. Dados estatísticos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado- SEEU:**

**Data do preenchimento dos dados: 12/06/2024**

<b>PERFIL NO SEEU</b>	<b>Regime aberto e Medidas Alternativas</b>
Total de Execuções Ativas:	176
Intimações pendentes na Secretaria – COM URGÊNCIA	0
Análise de juntadas - Juntadas para realizar com URGÊNCIA	0
Análise de juntadas – Retorno de conclusão com URGÊNCIA	0
Análise de juntada – processos aguardando recebimento no Distribuidor	0
Processos com pendência de implantação*	0
Total de processos conclusos	10
Total de processos conclusos há mais de 100 (cem) dias.	0

**SISTEMA SEEU (18/06/2024):**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

seeu CNJ

Vara Única da Comarca de Oriximiná - Execuções Penais em Me...

Início Processos Intimações Decurso de Prazo Análise de Juntadas Audiências Cumprimentos Minutas Relatórios/Estatísticas Cadastro Outros

**Início** Pendências de Incidentes Cumprimentos de Medidas Estatísticas Intimações Análise de Juntadas Outros Cumprimentos Lembretes Sessões

**Dados do Juízo**

Nome: Vara Única da Comarca de Oriximiná - Execuções Penais em Meio Aberto

**Execuções Ativas**

Total de Processos: **175**

PROCESSOS PARALISADOS (+30 DIAS)	PROCESSOS AGUARDANDO	PROCESSOS EM REMESSA
Secretaria: <b>1</b>	Cumprimento de pena privativa de liberdade: <b>18</b>	Em Remessa: <b>6</b>
Incidente pendente de julgamento: <b>2</b>	Cumprimento de pena alternativa: <b>5</b>	Em Remessa (exceto processos conclusos): <b>1</b>
Incidente vencido: <b>17</b>		
Cumprimento de pena interrompido: <b>38</b>		
Processos extintos aguardando arquivamento: <b>2</b>		

**Fila do BNMP**

Total de Registros: **0**

Execuções ativas: 175

seeu CNJ

Vara Única da Comarca de Oriximiná - Execuções Penais em Me...

Início Processos Intimações Decurso de Prazo Análise de Juntadas Audiências Cumprimentos Minutas Relatórios/Estatísticas Cadastro Outros

Mesa do(a) Analista Judiciário

Início **Pendências de Incidentes** Cumprimentos de Medidas Estatísticas Intimações Análise de Juntadas Outros Cumprimentos Lembretes Sessões de Julgamento

A vencer	Vencidos	Instaurados e Pendentes de Decisão
Progressão para Semiliberto: <b>0</b>	Progressão para Semiliberto: <b>0</b>	Instaurados até 30 dias: <b>1</b>
Progressão para Aberto: <b>0</b>	Progressão para Aberto: <b>0</b>	Instaurados entre 30 e 60 dias: <b>0</b>
Livramento Condicional: <b>0</b>	Livramento Condicional: <b>5</b>	Instaurados entre 60 e 90 dias: <b>0</b>
Indulto: <b>0</b>	Indulto: <b>0</b>	Instaurados há mais de 90 dias: <b>2</b>
Comutação: <b>0</b>	Comutação: <b>0</b>	
Prescrição Executória: <b>0</b>	Prescrição Executória: <b>0</b>	
Término de Pena: <b>1</b>	Término de Pena: <b>16</b>	
Medida de Segurança: <b>0</b>	Medida de Segurança: <b>0</b>	
Liberação Condicional: <b>0</b>	Liberação Condicional: <b>0</b>	
Transferência entre Estabelecimentos Prisionais: <b>0</b>	Transferência entre Estabelecimentos Prisionais: <b>0</b>	

Pendências de incidentes vencidos



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

A captura de tela mostra a interface do sistema SEEU, especificamente a aba "Cumprimentos de Medidas" dentro do menu "Mesa do(a) Analista Judiciário". O sistema está configurado para a "Vara Única da Comarca de Oriximiná - Execuções Penais em Me...". O menu de navegação inclui: Início, Pendências de Incidentes, Cumprimentos de Medidas (selecionado), Estatísticas, Intimações, Análise de Juntadas, Outros Cumprimentos, Lembretes e Sessões de Julgamento. O conteúdo principal é dividido em duas seções: "Atrasados" e "A Cumprir". Na seção "Atrasados", há um ícone de alerta e o texto "Cumprimentos em Atraso: 45". Na seção "A Cumprir", há o texto "Cumprimentos a Vencer : 80".

Cumprimentos em atraso.

Análise de juntadas:

A captura de tela mostra a interface do sistema SEEU, especificamente a aba "Análise de Juntadas" dentro do menu "Mesa do(a) Analista Judiciário". O sistema está configurado para a "Vara Única da Comarca de Oriximiná - Execuções Penais em Me...". O menu de navegação inclui: Início, Pendências de Incidentes, Cumprimentos de Medidas, Estatísticas, Intimações, Análise de Juntadas (selecionado), Outros Cumprimentos e Lembretes. O conteúdo principal é dividido em duas seções: "Com Urgência" e "Para Realizar". Na seção "Com Urgência", há o texto "Juntadas: 0" e "Retorno de Conclusão: 1". Na seção "Para Realizar", há o texto "Juntadas: 53" e "Retorno de Conclusão: 16". Abaixo disso, há uma lista de itens com seus respectivos valores: Mandados aguardando análise de retorno: 5; Cartas Precatórias Eletrônicas aguardando análise de retorno: 0; Comunicações aguardando retorno: 0; Recurso de Agravo aguardando envio à 2ª Instância: 0; Mandados aguardando publicação: 0; Mandados de Prisão cumpridos e aguardando análise de juntada: 0; Mandados a prescrever em até 15 dias: 0; Prestações Pecuniárias(Guia de Recolhimento de Custas) em atraso: 0; Prestações Pecuniárias(Guia de Recolhimento de Custas) em análise: 0; Processos Aguardando Recebimento no Distribuidor: 0; Movimentação de Audiências Pendentes: 0.

**12.2. Quantos são os(as) apenados(as) em regime fechado, semiaberto e aberto sob jurisdição da Vara?**

**Anotação da Unidade:** 176 apenados.

**Observação da Corregedoria:** A Vara Única de Oriximiná só executa pena no regime aberto e de medidas alternativas. A Execução penal no regime fechado e semiaberto é realizada pela Comarca de Santarém.



**12.3. Por amostragem, selecione 3 nomes relacionados na lista de presos, verificando a regularidade com relação a expedição de guia de recolhimento.**

**Anotação da Unidade:** Prejudicado. Não há presos sob a competência da unidade.

**Observação da Corregedoria:** A Vara Única de Oriximiná só executa pena no regime aberto e de medidas alternativas. A Execução penal no regime fechado e semiaberto é realizada pela Comarca de Santarém.

**12.4. Por amostragem, selecione 1 nome relacionado na lista de pessoas sob medida de segurança, verificando a regularidade com relação a expedição de guia de internamento ou de tratamento ambulatorial**

**Anotação da Unidade:** Prejudicado. Não preso nessa situação.

**12.5 Por amostragem, selecione 1 nome relacionado na lista de presos e verifique com relação a regularidade de emissão de atestado de pena a cumprir observa os prazos previstos no artigo 12 da Resolução n. 113/2010-CNJ? (Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança e dá outras providências)**

**Anotação da Unidade:** Prejudicado – Vara Única.

**Observação da Corregedoria:** A execução penal de preso é feita pela Comarca de Santarém.

### **13. DAS AUDIÊNCIAS CRIMINAIS:**

**13.1. Quanto às audiências de custódia, é observado o prazo para sua realização determinado pela Resolução n. 2013/2015-CNJ, de 15/12/2015 e do Provimento Conjunto n. 01/2016-GP/CJCI/CJRMB? (Resolução n. 2013/2015-CNJ – Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas. Provimento Conjunto n. 01/2016-GP/CJCI/CJRMB – regulamenta a audiência de custódia no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará)**



**Anotação da Unidade:** Sim.

**Observação da Corregedoria:** o magistrado realiza as audiências de custódias de forma virtual durante toda a semana, tendo em vista está em trabalho remoto autorizado pela Presidência do TJPA. Quando há alguma necessidade de audiência de custódia aos finais de semana, demanda o Ministério Público, que atende, e nomeia defensor ad-hoc, seguindo a lista de Advogados que se dispuseram a atuar como dativos, seguindo a lista fornecida pela OAB local.

A Unidade recebeu o kit de identificação civil, porém não está sendo utilizado, tendo em vista a natureza remota das audiências de custódia, ou seja, o magistrado está em trabalho remoto e os presos não são apresentados do fórum para a audiência de custódia.

O Magistrado Foi orientado a proceder a identificação civil dos presos.

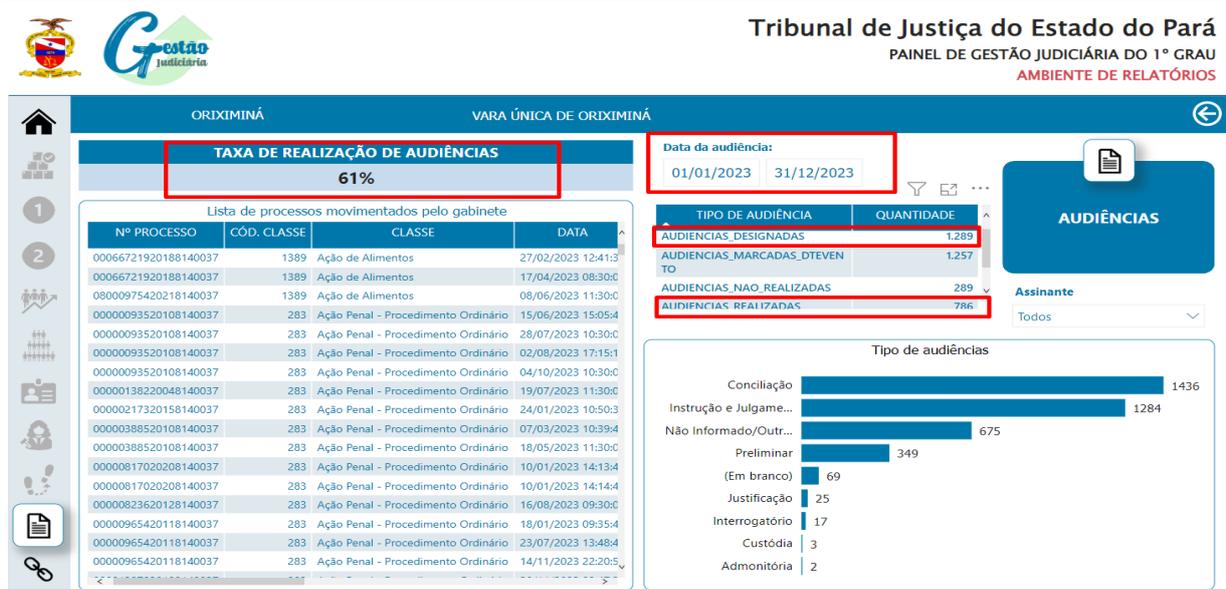
### 13.2. Qual a data em que foi realizada a última audiência de custódia?

**Anotação da Unidade:** 12.06.2024

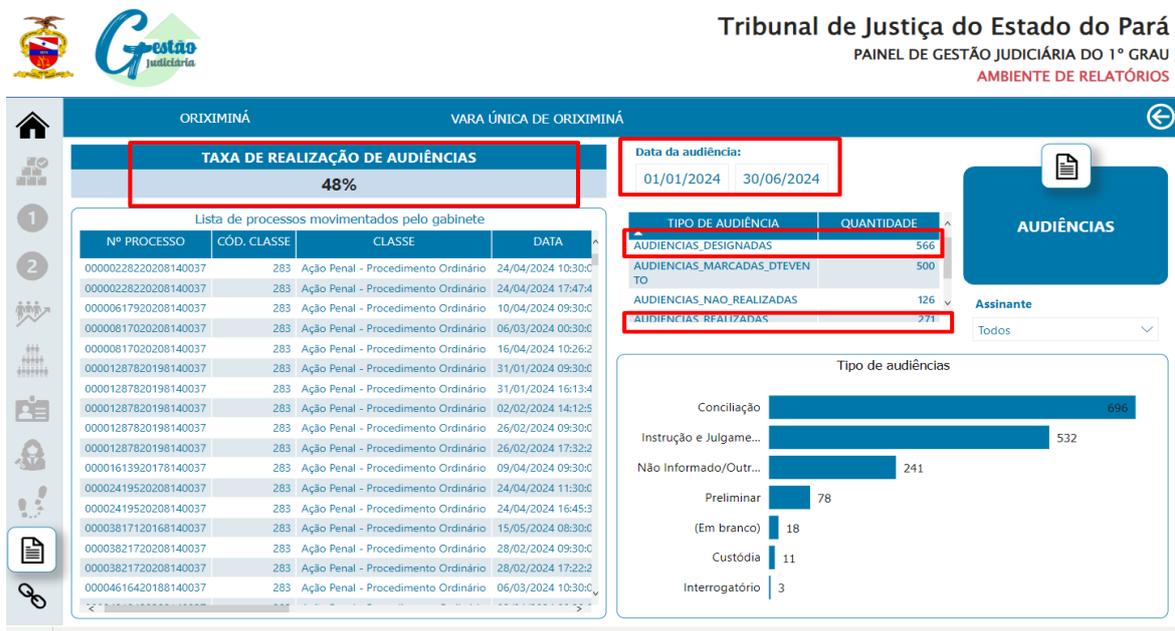
**Observação da Corregedoria:** Durante a inspeção foi reportado que a última audiência foi realizada no dia 14/06/2024, Processo n.º 0801353-27.2024.8.14.0037, JHONNY OLIVEIRA DOS SANTOS.

**Anexo:** Termo de audiência de custódia.

### 13.3. Perfil da pauta:



No ano de 2023, de acordo com os dados apontados no Painel de Gestão Judiciária, foram designadas **1.289** audiências e realizadas **786**, com índice de **61%** de taxa de realização de audiências.



No ano corrente, de acordo com o PGJ foram designadas **566** audiências e realizadas **271**, encontrando-se a taxa de realização de audiências em **48%**.

a) Quantas audiências estão pautadas para o mês seguinte à inspeção?



**Anotação da Unidade:** Estão pautadas **492** audiências.

**Observação da Corregedoria:** analisando a pauta de audiências da Unidade para o **mês de julho** (mês posterior à inspeção), foi verificado a marcação de 164 audiências, o que resulta na média de 7 audiências por dia.

Foi solicitado durante a inspeção a pauta de audiência do ano de 2024, e de 2025.

O controle da pauta de audiências é feito pelo google agendas. A pauta está para janeiro de 2025.

O Magistrado foi **ORIENTADO** a incrementar a pauta de audiência para que o Magistrado concentre em realizar as audiências de instrução e julgamento, as sessões de Júri.

**EM ANEXO: PAUTA DE AUDIÊNCIA DE 2024 E 2025.**

**b) Para qual data está designada audiência mais distante de pessoa que se encontra presa?**

**Anotação da Unidade:** Para o dia 31.07.2024

**Observação da Corregedoria:** **ORIENTA-SE** que quando **designada audiência em processo com prioridade, incluindo aqui os de réus presos**, sejam realizadas no prazo máximo de **até 90 (noventa)** dias a partir da data da designação.

#### **14. VARA COM COMPETÊNCIA DE TRIBUNAL DO JÚRI:**

**14.1. Quantas sessões do Tribunal do Júri foram designadas nos últimos 03 (três) meses?**

**Anotação da Unidade:** 6 sessões

**14.2. Quantas sessões foram realizadas e quantas foram redesignadas nos últimos 03 (três) meses?**

**Anotação da Unidade:** Foram realizadas 6 sessões e nenhuma foi redesignada.



**14.3. Quantos processos aguardam designação de Tribunal do Júri? Listar processos nesta situação.**

**Anotação da Unidade:** Há 7 processos. 0006081-96.2014.8.14.0037, 0002374-23.2014.8.14.0037, 0008803-35.2016.8.14.0037, 0012696-97.2017.8.14.0037, 0003344-57.2013.8.14.0037, 0003922-73.2020.8.14.0037, 0801306-87.2023.8.14.0037

**Observação da Corregedoria:** De acordo com os dados do Painel de Gestão Judiciária, a Unidade tem seu acervo ativo **38** ações penais de competência do júri em andamento e **10** ações penais suspensas. **RECOMENDA-SE** um incremento no julgamento dos processos do tribunal do júri, considerando que há apenas 7 processos prontos para julgamento, o que corresponde aproximadamente a 20% do acervo.

**15. CORREIÇÃO ANUAL:**

**15.1. Data da última correição anual realizada na Unidade Judicial pelo(a) magistrado(a), com a respectiva numeração no sistema PJeCor.**

**Anotação da Unidade:** 08 e 09 de fevereiro de 2024. Autos 0000752-42.2024.2.00.0814

**Observação da Corregedoria:** A última correição realizada pela Corregedoria-Geral de Justiça ocorreu no ano de 2022, registrada no PJeCor n.º **0001927-42.2022.2.00.0814**

**15.2. Existem registros de recomendações/determinações da Corregedoria-Geral de Justiça na correição ordinária anterior? Quais ainda não foram atendidas?**

**Anotação da Unidade:** Não

**Observação da Corregedoria:** Com relação ao PJeCor n.º **0000752-42.2024.2.00.0814** referente à correição realizada pelo magistrado no ano de 2023, registra-se que referidos autos estão em análise na Corregedoria.



Com relação ao PJeCor n.º 0001927-42.2022.2.00.0814 referente à correição realizada pela Corregedoria-Geral de Justiça no ano de 2022, foram determinadas diversas recomendações à Unidade para cumprimento em um prazo máximo de 120 dias.

O magistrado Wallace Carneiro de Sousa respondeu nos seguintes termos: “Excelência, Cumprimentando-a, presto informações acerca das recomendações feitas por Vossa Excelência no bojo do relatório de correição realizada nos dias 24 e 25 de janeiro de 2022, nesta Vara Única.

**I – Recomendações:**

A Unidade continua empreendendo esforços para cumprimento das Metas Nacionais do Conselho Nacional de Justiça, tendo atingido o alvo da Meta 01 e se aproximando dos 80% da Meta 02 no mês de setembro.

Ao longo do ano de 2022, a Unidade implementou o atendimento via Balcão Virtual, de modo que a maioria dos atendimentos tem sido realizadas com essa ferramenta.

Quanto a digitalização e migração dos processos, informo que a Comarca conta com todo seu acervo digitalizado e migrado no PJe desde o dia 31/07/22.

**II – Determinações ao Magistrado da Unidade:**

1. Atualmente, não consta sindicância ou PAD com prazo aberto para apuração na Unidade;

2. Conforme SIGADOC anexo, a manutenção dos meios de transporte da Comarca foi solicitada. O veículo e a moto já foram consertados e estão em uso.

3. Cumprido – Todos os 63 pedidos de estudo social foram devolvidos;

4. Cumprido - Considerando o painel de gestão judiciária, hoje a Unidade conta com 04 (quatro) processos paralisados há mais de 100 dias.

5. Cumprido

6. TJPA-MEM-2022/44871

7. Anexo 01

8. Cumprido - Em consulta no PJe, verifica-se que o processo n.º 0800689-98.2021.8.14.0037 foi sentenciado no dia 07/06/2022 e arquivado em 07/07/2022.

9. As armas foram cadastradas no sistema e encaminhados à Delegacia de Polícia para aguardar o Exército.

10. Cumprido – Anexo 03



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

11. Cumprido - Seguindo a orientação do relatório da correição, toda semana é realizada audiência de réu preso.

12, 13, 14 e 15. Cumpridos

16.

- a) 0000048-23.1996 – número não encontrado
- b) 0000004-72.1994 – cumprido – despacho prolatado
- c) 0000038-76.1996 – cumprido – despacho prolatado
- d) 0000009-26.1996 – cumprido – despacho prolatado
- e) 0000009-21.1999 - cumprido – despacho prolatado

17. verificar

- a) 0000451-35.2009.8.14.0037 – Sentenciado em 19.10
- b) 0004951-08.2013.8.14.0037 – andamento regular
- c) 0010104-17.2016.8.14.0037 – sentenciado em 29/07/2022 – arquivado em 01/09/2022;
- d) 0001003-68.2007.8.14.0037 – andamento regular
- e) 0000390-77.2009.8.14.0037 – andamento regular
- f) 0001433-73.2014.8.14.0037 – sentença em 30/06/2022 – arquivado em 02/08/2022;
- g) 0003977-34.2014.8.14.0037 – prazo em curso para as partes se manifestarem sobre a necessidade de produção de provas;
- h) 0005435-86.2014.8.14.0037 – trata-se de impugnação à execução em que a parte impugnante questionou o deferimento da gratuidade. No momento com prazo em curso para a impugnada se manifestar;

18.

- a) 0001112-09.2012.8.14.0037 – arquivado em 05/04/2022 haja vista que o principal foi arquivado em 2019;
- b) 0001010-79.2015.8.14.0037 – sentenciado em 29/07/2022 e arquivado em 01/09/2022.

19. Segundo o Diretor de Secretaria, as audiências eram redesignadas devido à rotatividade de juízes substitutos que não puderam cumprir a pauta designada por juízes anteriores, bem como o endereço desatualizado de partes/testemunhas;

**III – Determinações ao Diretor de Secretaria e aos demais servidores.**

1. A lista dos processos paralisados há mais de 100 dias é verificada semanalmente e dado prosseguimento;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

2. O controle é feito através da lista dos processos paralisados há mais de 80 dias;
3. Para controle das Cartas Precatórias expedidas, foi aberta uma pasta com numeração das CPs e data da expedição e todo mês é checada para efetuar a cobrança;
4. Cumprido – anexo 02
5. Os processos são regularmente encaminhados para a UNAJ, antes da prolação da sentença, para análise de eventual pagamento de custas;
6. Segundo o Diretor de Secretaria, foi enviado e-mail para o arquivo central de Santarém solicitando o desarquivamento dos processos para seja feita análise e conclusão para o gabinete, o qual ainda está sem resposta – anexo 04 e 05;
7. Cumprido - Os 63 pedidos de estudo social foram devolvidos;
8. Cumprido – Anexo 01;
9. Cumprido - Os processos que se encontravam fora de secretaria foram devolvidos;
10. Cumprido.
11. Cumprido - Os processos envolvendo réus presos são analisados regularmente e feitos a conclusão antes de atingirem 03 meses parados;
12. Cumprido - Os processos suspensos são verificados a cada 90 dias e enviados ao MP;
13. Controle é feito através da lista de paralisados há mais de 80 dias;
14. Cumprido;
15. Cumprido;
16. Cumprido;
17. Cumprido;
18. Cumprido;
19.
  - a) 0800007-46.2021- Cumprido
  - b) 0801336-93.2021- Cumprido
  - c) 0008151-13.2019 – Cumprido - sentenciado em 11.05.2021; trânsito em julgado 08.07.2021;
  - d) 0009579-35.2016 – Cumprido - sentenciado em 16/09/2019; trânsito em julgado em 02.05.2022;
  - e) 0003609-83.2018 – Cumprido
20.
  - (11.1)



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

- a) 0004750-74.2017 – andamento regular;
  - b) 0000976-85.2007 – Cumprido
  - c) 0001313-93.2015 – Cumprido
  - d) 0001311-26.2015 – Cumprido
  - e) 0016474-46.2015 – Cumprido
- (11.2)
- a) 0002663-43.2020 – Cumprido - aguardando realização de audiência 19.04.2023
  - b) 0007356-07.2019 – Trata-se de TCO, onde o MP requereu que a autoridade policial fosse notificada pessoalmente para juntar laudo de lesões corporais;
  - c) 0000469-63.2008 – secretaria cumprir a intimação dos réus;
  - d) 0008571-18.2019 – sentenciado em 19.09.2022
  - e) 0000011-88.2011 – sentenciado em 10.05.2022
- (11.3) Cumprido
- (11.4)
- a) 0004728-79.2018 – Cumprido;
  - b) 0002666-66.2018 – Cumprido;
  - c) 0005290-09.2019 – processo não encontrado nos sistemas. Foram tentadas várias combinações com estes números;
  - d) 0801502-28.2021 – devolvida e arquivada em 12.04.22;
  - e) 0801364-61.2021 – Cumprido;
- (11.5) Cumprido
- (11.6) Cumprido
- 21.** Cumprido - Processos baixados no sistema;
  - 22.** Cumprido - Dado baixa no sistema
  - 23.** 0037474-05.2015 – dado baixa;
  - 24.** 0001264-31.2011 – dado baixa;
  - 25.** 0002645-66.2013 – arquivado em 28.06.22. Apensado ao principal já sentenciado e arquivado de n.º 0001143-67.8.14.0037;
  - 26.** Cumprido
  - 27.** Todos os processos arquivados;
  - 28.** Todos os processos arquivados;
  - 29.** Processo baixado;
  - 30.** Cadastrados como Classe Judicial: Averiguação de Paternidade e assunto:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Investigação de Paternidade

Ante os fatos explicitados ao norte e certo de que as informações prestadas são suficientes para sanear quaisquer dúvidas a respeito da tramitação processual dos presentes autos, presto votos de respeito e consideração.”

Juntada a resposta do magistrado, foi determinado o arquivamento dos autos em decisão datada de 18.11.2022.

## **16. CONCLUSÕES**

Está sendo construído um novo prédio do Fórum da Comarca que fica ao lado do fórum atual. A previsão de entrega é para final do mês de junho. Tão logo o novo fórum da Comarca seja entregue, o fórum atual passará por reformas.



Há uma casa do Magistrado sem utilização e que está em com objetos inservíveis da Unidade.



Casa do magistrado

Há 3 veículos na Comarca: 1 pick up L200, 1 motocicleta e 1 pálio, sendo que este último não está funcionando. A Diretora de Secretaria foi orientada a informar ao Tribunal a situação do Pálio, para que sejam tomadas as providências quanto à manutenção/troca do veículo. Os veículos estão em regular estado de conservação.

A conexão de internet é a via satélite e oscila muito.

Ao magistrado foi reportado a necessidade de observância de gravação das mídias dos Júris realizados para evitar que haja anulação de Júri. Na ocasião, foi encaminhado o chamado das mídias que não migraram, e que foi aberto o chamado nº **2122193067**.

Durante a Inspeção, a Corregedoria promoveu **dois workshops** aos servidores da Comarca, o primeiro, no dia 18.06.2024, que contou com a participação da assessora técnica da CGJ, em informática, com objetivo de sanar dúvidas dos servidores e do magistrado, relacionadas ao sistema PJE Criminal e suas particularidades, bem como demonstrar ferramentas que podem ser úteis para melhor gestão processual.

O segundo workshop foi promovido no mesmo dia, de forma online, em parceria com



o Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística, na pessoa do servidor Gleison Augusto Furtado Gomes, que demonstrou detalhadamente aos servidores o Painel de Gestão Judiciária, ferramenta atualmente imprescindível para a gestão de processos e controle dos índices de eficiência das Unidades Judiciais.

Como parte dos trabalhos de Inspeção, a Juíza Corregedora Ana Angélica Abdulmassih Olegário e o magistrado titular da Comarca, José Gomes de Araújo Filho realizaram visita na Delegacia de Polícia Civil, sendo o respectivo formulário de visita acostado ao Relatório de Inspeção.

Também foi realizada visita à Casa de Acolhimento João e Maria, cujo relatório também está acostado ao Relatório de Inspeção.

Foi apresentado aos três Oficiais de Justiça da Comarca o vídeo sobre o sistema Mandamus, o que otimizará o cumprimento e devolução dos mandados. Os Oficiais de Justiça relataram as dificuldades no cumprimento dos mandados devido às grandes distâncias e que a lotação paradigma de 4 Oficiais de Justiça não foi atingida. Relataram a instalação de PIDs em Cachoeira Porteira e Aldeia Mapuera.

**Em anexo:**

- 1. Termo de audiência de custódia realizada no dia 14/06/2024.**
- 2. Pauta de audiências de junho de 2024.**
- 3. Pauta de audiências de dezembro de 2024.**
- 4. Pauta de audiências de janeiro a maio de 2024.**
- 5. Pauta de audiências de janeiro de 2025.**
- 6. Formulário de visita a entidade de acolhimento.**
- 7. Formulário de inspeção da delegacia de polícia.**
- 8. Inspeção cartorária Porto Trombetas.**
- 9. Planilha de Advogados para nomeação como dativos.**
- 10. Motos e carros apreendidos na delegacia de polícia.**
- 11. Mandados pendentes de cumprimento.**
- 12. Plano de trabalho da servidora em teletrabalho.**



---

### 13. Relatórios de fiscalização e pós-fiscalização judicial virtual.

Oriximiná, Pa, 18 de junho de 2024.

ANA ANGELICA  
ABDULMASSIH  
OLEGARIO:7919

Assinado de forma digital por ANA  
ANGELICA ABDULMASSIH  
OLEGARIO:7919  
Dados: 2024.07.18 10:36:13 -03'00'

**Ana Angélica Abdulmassih Olegário**

Juíza Auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça

PAULO SERGIO  
OLIVEIRA:3001534028  
7

Assinado de forma digital por  
PAULO SERGIO  
OLIVEIRA:30015340287  
Dados: 2024.07.17 12:30:52 -03'00'

**Paulo Sérgio Oliveira**

Servidor da Corregedoria Geral de Justiça

#### Leituras obrigatórias:

- **Termo de Cooperação Jurisdicional nº 001/2023**, de 30.10.2023 (TJPA e TRT 8ª Região, solicitação de lista de processos trabalhistas quando do deferimento de recuperação judicial ou decretação de falência;
- **COMUNICADO Nº 1/2023-CIJEPA, de 01.06.2023** (sugestões aos magistrados do TJPA sobre como proceder acerca das ações ajuizadas contra instituições bancárias reivindicando a revisão de contratos ou a declaração de inexistência de relação jurídica com características de possíveis demandas predatórias);